



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA



MARIA PAULA MENEZES LEITE

**Medo vermelho e anticomunismo na cidade de Nanuque-MG no contexto do golpe
civil-militar de 1964**

ITUIUTABA
2021

MARIA PAULA MENEZES LEITE

Medo vermelho e anticomunismo na cidade de Nanuque-MG no contexto do golpe civil-militar de 1964

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História Licenciatura e Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Giliard da Silva Prado

Banca examinadora

Prof. Dr. Giliard da Silva Prado (Orientador)

Prof.^a Dra. Angela Aparecida Teles

Prof. Dr. José Josberto Montenegro

Ituiutaba-MG, 27 de outubro de 2021

*À Reinaldo, in memorian
meu muito amado amigo e eterno mestre na
arte da História,*

*cujos cruéis senhores do tempo não me
concederam a honra de poder dedicar esta
vitória em vida.*

*A quem sou e serei grata por todo o
infundável sempre.*

*(E que, mesmo depois de partir, continua a
me ensinar valiosas lições...)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Reinaldo (*in memoriam*), por ter sido um grandioso amigo e professor, além de ter me apoiado e inspirado de infinitas maneiras com a sua sensibilidade excepcional. Onde estiver, saiba que te amo e sou grata por tudo!

Agradeço aos meus pais Getúlio Leite Filho e Rose Lane Alves Menezes, pelo apoio prestado das mais variadas maneiras ao longo desses difíceis anos que se passaram para todos nós! Amo vocês!

Agradeço enormemente também a meus irmãos, Rodrigo e Maria Luiza, por terem me dado a força e o amparo necessários para que eu pudesse finalmente finalizar esse ciclo. Sem vocês nada disso faria sentido!

Agradeço ao meu companheiro Eric pelo infinito apoio e pelos sinceros momentos de amizade e amor. Muito obrigada por todo o amparo!

Agradeço também aos meus amigos, que sempre se fizeram presentes e por me terem feito não desistir de mim! Em especial aos amigos da graduação que levarei para a vida: Rayane, Sara, Leonardo Pitta, Isabela, Miguel, Leonardo Biazotto, Suzana, Victoria, Júlia Lázara, Leonardo Vitalino, Marcos, Ualisson e Gustavo. Obrigada por tudo!

De forma também especial, agradeço aos amigos que, mesmo de longe, sempre estiveram me apoiando e contribuindo de formas inimagináveis para que eu pudesse concluir esse ciclo. Cada um, da sua forma, me inspira a viver e me faz ter forças para continuar. Nesse sentido, agradeço de todo o coração à Letycia Karen, Keu, Bruno, Bagão e Jéssica.

Agradeço a todos os servidores e em especial aos trabalhadores terceirizados e contratados, que, mesmo com o sucateamento da Universidade e a pouca valorização de seus postos de trabalho, tão necessários, mantiveram-na funcionando e cumprindo sua função social.

Agradeço também a todos os meus professores e ex-professores do curso de História pelos ótimos momentos de aprendizado! Em especial aos professores Aurelino, Astrogildo, Amon Pinho e à professora Sandra.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Giliard Prado, por ter me apoiado e apontado importantes direções ao longo desse longo caminho e por não ter desistido de mim e da minha pesquisa, além de ter me ajudado a lidar com meu perfeccionismo e me ensinado a valiosíssima lição, que hoje levo para a vida: “não jogar fora a água da bacia com o menino dentro”! Muito obrigada pelos infinitos aprendizados proporcionados!

Não poderia deixar de agradecer também de forma especial à professora Angela Teles pelas diversas contribuições ao longo dos anos no curso de História, no CEPDOMP e no PET. Professora, saiba que você é para mim uma fonte de inspiração! Obrigada por aceitar fazer parte da minha banca, pelas contribuições que deu para o aperfeiçoamento deste trabalho e por me fazer repudiar a Indústria Farmacêutica, que infelizmente me forneceu o rivotril necessário para que eu pudesse chegar nesse momento!

De igual forma, não poderia deixar de agradecer excepcionalmente ao querido professor Josberto Montenegro, pelos muitos momentos de apoio em contextos difíceis, pelas risadas nas tantas mesas de bar divididas e por não ter me deixado mudar a temática da pesquisa na disciplina de MTPH, quando foi o meu primeiro orientador! Muito obrigada também por ter aceitado participar da minha banca e pelas infinitas contribuições, na graduação e na vida!

[...]

Como Poe, poeta louco
americano
Eu pergunto ao passarinho
assum preto, *black bird*
assum preto o que se faz?

[...]

assum preto, *black bird*
assum preto, me responde
Tudo já ficou atrás

[...]

assum preto, *black bird*
assum preto, me responde
O passado nunca mais!

(BELCHIOR, 1976)

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1 - A historiografia sobre o golpe e a Ditadura Civil-Militar: uma discussão bibliográfica.....	16
1.1. As disputas em torno da memória sobre a Ditadura Civil-Militar: entre o ontem e o hoje.....	17
1.2. Uma breve discussão historiográfica sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil.....	20
1.3. A ditadura civil-militar sob uma perspectiva de classe: René Dreifuss e A Conquista do Estado.....	25
Capítulo 2 - Disputas pelo poder local e anticomunismo na cidade de Nanuque.....	27
2.1. O golpe é deflagrado: uma Câmara de joelhos.....	28
2.2. Entre vigílias e punições: a Caça às bruxas vermelhas se intensifica.....	37
2.3. Inimigos internos e a traição da <i>terra mater</i> : a guerra total em ação.....	46
2.4. Estranhas efemérides.....	59
Considerações Finais.....	61
Fontes.....	64
Referências Bibliográficas.....	65
Anexos.....	67

RESUMO

Por meio de expressões diversas, o anticomunismo pode ser observado em diferentes fases de crise política no Brasil. Tendo os períodos pré e pós-golpe civil-militar de 1964 como alguns dos momentos de sua maior mobilização, o anticomunismo à brasileira manifestou-se ostensivamente na esfera das disputas políticas. No trabalho, evidenciamos de que maneiras a narrativa anticomunista se fez presente nos embates políticos travados na cidade de Nanuque-MG, em especial no âmbito institucional da Câmara Municipal. Por meio da análise das Atas da Câmara e tendo como uma importante fonte de apoio o periódico Folha de Nanuque, apontamos aqui as principais formas de atuação política dos simpatizantes do discurso do medo vermelho em meio a um cenário de intensa disputa pela hegemonia política. Visando também contribuir com a reacendida discussão sobre o anticomunismo e preencher parte das lacunas históricas acerca do golpe, o trabalho propõe-se, dessa forma, a apontar os embates que se evidenciaram de maneira efusiva também nos cenários ditos regionais e nos espaços frequentemente marginalizados pela historiografia.

Palavras-chave: Nanuque; Vale do Mucuri; Anticomunismo; Golpe Civil-Militar; Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

Through a variety of expressions, anti-communism can be observed in different times of political crisis in Brazil. Being the periods before and after the civil-military coup of 1964 some of the moments of its greatest mobilization, Brazilian anti-communism manifested itself ostensibly on the political disputes extent. In this final paper, it is shown in which ways the anti-communist narrative had been present in the political clashes that took place in the city of Nanuque-MG, most especially in the institutional scope of the City Council. By analyzing the Chamber Minutes and having the periodical Folha de Nanuque as an important source of support, it is pointed out in this term paper the main ways of political actions used by the ones who sympathized with the red fear discourse amidst a scenario of intense dispute for political hegemony. While aiming also to contribute to the rekindled discussion on anti-communism and to fill part of the historical gaps about the coup, this final paper proposes, thus, to point out the clashes that were effusively evident in the so-called regional scenarios and in spaces often marginalized by historiographic studies.

Keywords: Nanuque; Vale do Mucuri; Anti-communism; Civilian-Military Coup; Civilian-Military Dictatorship.

Introdução

Em 1964 o Brasil foi palco de um golpe de Estado que, protagonizado pelos militares e orquestrado a partir dos interesses de classe de uma elite orgânica¹, viera a desembocar num regime ditatorial que perdurou por mais de duas décadas. Dentre os complexos mecanismos de legitimação do empreendimento golpista, tem-se na narrativa anticomunista um importante sustentáculo. A atmosfera de terror insuflada pelo discurso do medo vermelho foi capaz de mobilizar diversos setores da sociedade civil em prol da defesa de valores tradicionais supostamente ameaçados e serviu como justificativa para a perseguição e eliminação de adversários políticos do governo instaurado antidemocraticamente em todo o país.

Das turbulentas selvas de pedra nos grandes centros urbanos aos “pacatos” rincões no interior do Brasil, o medo do comunismo e de seus infiltrados alastrou-se tal qual uma doença contagiosa. Qualquer cidadão mais ou menos suspeito poderia vir a ser um traidor da pátria a serviço de Moscou, disposto a subverter a ordem primária de todas as coisas e sempre a postos para satanizar a sagrada bandeira verde-amarela. Acusações, denúncias, fugas, cassação de mandatos em massa e operações especiais dos órgãos de segurança nacional. É nesse contexto que o presente trabalho busca compreender de que formas o discurso anticomunista atuou também em meio aos embates políticos travados na cidade de Nanuque, no Vale do Mucuri.

Tendo reverberado seus ecos por entre diversas regiões do país, o golpe civil-militar de 1964 configura-se atualmente enquanto um já consolidado tema dos estudos históricos. No entanto, assim como ocorre com outras temáticas, grande parte das pesquisas realizadas sobre o período concentram-se no estudo da experiência ditatorial em algumas grandes metrópoles brasileiras, com ênfase para cidades do eixo Rio-São Paulo. Apesar de já ser possível observar um crescente número de trabalhos que se propõem a investigar o tema a

¹ Cunhado pelo cientista político uruguaio René Armand Dreifuss em sua tese *1964: A Conquista do Estado*, o conceito de elite orgânica tem seu cerne nas teorias políticas gramscianas e poulantizanas, de base marxista. Pode-se compreender as elites orgânicas por meio da atuação e mobilização de grupos da elite empresarial tecnocrata, organizada política e ideologicamente em torno dos interesses de classe de uma burguesia transnacional — ou seja dos grupos, detentores do capital associado e multinacional — com vistas à interferências direta e indireta nas estruturas políticas, sociais e econômicas do Estado. Na ditadura civil-militar, Dreifuss aponta a atuação desses grupos principalmente por meio dos complexos associados Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD e da Escola Superior de Guerra - ESG.

partir de recortes espaciais e enfoques diversos², há ainda uma importante lacuna a ser preenchida nos estudos acerca do golpe, da ditadura e de seus aparatos de legitimação fora dos grandes centros urbanos, ou seja, em regiões interioranas e nas pequenas cidades brasileiras.

Nesse sentido, o cenário primordial de nossa análise não poderia ser outro. Afastadas das capitais e supostamente alheias aos efervescentes acontecimentos “nacionais”, regiões ainda marginalizadas pela historiografia como o Vale do Mucuri são marcadas por dinâmicas sociais e políticas que em muito se diferem das praticadas nas metrópoles. A afirmação de Ginzburg de que “[...] reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia”³ traduz um pouco do que se busca realizar no presente trabalho. Ao aproximar a “lupa” de historiadora à cidade de Nanuque – onde cresci e vivi até adentrar na universidade – busco contar uma história que ainda não havia sido escrita⁴ mas que se fez sentir por uma parcela significativa da sociedade nanuquense e reverbera ainda hoje na memória de muitos: a história do medo vermelho na região, tendo como contexto o golpe civil-militar de 1964.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta⁵, o anticomunismo no Brasil se expressou de variadas formas ao longo de diferentes contextos de crise política nos cenários nacional e internacional. A partir da década de 1930, é possível observar a consolidação de sua tradição, amparada no apoio das elites e passando por constantes processos de ressignificação e readaptação. Com o cenário da Guerra Fria e os interesses dos Estados Unidos com vistas à repressão do fortalecimento das esquerdas na América Latina sob influência do triunfo da Revolução Cubana, além do próprio contexto nacional que já alarmava os grupos conservadores⁶, o início da década de 1960 pode ser apontado enquanto um dos períodos em

² Nesse sentido, destacamos como exemplos das diversas possibilidades de abordagens acerca da temática a obra *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*, organizada por Grimaldo Carneiro Zachariadhes; o artigo *A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil*, de Antonio Mauricio Freitas Brito; e *O bom sujeito da ditadura militar em Goiás: um estudo sob a perspectiva de Michel Pêcheux sobre o Manifesto de Mauro Borges (1961)*, da linguista Luciana Kuchenbecker Araújo.

³ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.265.

⁴ Trata-se de uma história que ainda não havia sido escrita a partir de uma perspectiva historiográfica.

⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

⁶ Por meio do engrossamento das fileiras do PCB, do surgimento de novas organizações no espectro da esquerda e da “ameaça Janguista” nas relações diplomáticas do Brasil e sua relação com setores ditos esquerdistas, entre outras questões de ordem internas e externas.

que a narrativa anticomunista e o discurso do medo vermelho tiveram grande destaque no cenário político brasileiro. Infelizmente, faz-se necessário mencionar que no contexto de escrita da pesquisa, “a história se repete” com novas roupagens, como bem aponta Motta ao citar Marx e tratar especificamente do fenômeno em pauta.

Salientando a importância da compreensão dos processos políticos e seus mecanismos de legitimação em meio ao imaginário social⁷ e, portanto, intrinsecamente relacionados aos aspectos da memória coletiva⁸, buscamos em primeiro lugar elencar problemáticas que possam instigar reflexões acerca dos usos políticos do discurso anticomunista em nosso recorte espacial e temporal, ao passo em que também o apontamos enquanto um importante instrumento de legitimação do golpe e mecanismo estratégico amplamente utilizado na disputa pela hegemonia política própria da bipolarização ideológica da década de 1960. De que formas esse discurso esteve presente no âmbito dos embates políticos em Nanuque? Como se davam as representações a respeito dos ditos comunistas e demais agentes de subversão na cidade? Em que medida o repertório anticomunista teve lugar e fomentou ações concretas no âmbito da vida pública nanuquense? Estes são alguns dos questionamentos que orientam a pesquisa e que buscamos responder ao longo de nossa análise.

No que se refere à metodologia da pesquisa, procedeu-se inicialmente a um trabalho de levantamento de fontes acerca do tema. Nesse processo, foram levantadas⁹ e examinadas tipologias documentais de diferentes categorias, tendo sido priorizados os documentos administrativos e periódicos jornalísticos e informativos locais. Inicialmente considerou-se também o trabalho com fontes orais, porém devido às limitações de diversas ordens¹⁰ optou-se por manter na atual pesquisa apenas as fontes de tipologia escrita.

Entre os documentos administrativos, destacam-se as Atas da Câmara Municipal de Nanuque (1964-1965), as quais foram digitalizadas, catalogadas e analisadas de forma prioritária para fins de realização desta pesquisa. O corpus documental do periódico é

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, n. 29, 1995.

⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

⁹ Também foi possível levantar outras documentações, como fichas do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS disponibilizadas para acesso público no acervo da Polícia Política de Minas Gerais, folhetins políticos locais e arquivos da blogosfera contendo relatos acerca do período na região, os quais não foram passíveis de serem analisados na presente pesquisa.

¹⁰ Como os prazos a serem cumpridos, a falta de recursos humanos e mentais para empreender tamanho feito, a realidade da pandemia de COVID-19 e até mesmo a própria natureza do trabalho monográfico.

composto por edições do jornal Folha de Nanuque (1964), de circulação regional e cujo acesso foi possível por meio de pesquisa no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. É necessário apontar aqui a sua importância no que tange à inteligibilidade das dinâmicas da política local à época, dada a falta de estudos ou análises anteriores que possibilitassem um ponto de partida bem definido. Assimilando o periódico enquanto um espaço privilegiado de articulação de projetos políticos, privilegiamos sua utilização enquanto uma importante fonte de apoio, que possibilitou a contextualização de alguns aspectos da atmosfera política regional e que, certamente, carecem de mais atenção.

O tratamento e a análise das fontes se deu com amparo em leituras de abordagem teórico-metodológicas e em leituras mais específicas em relação ao tipo de fonte. Em se tratando das Atas da Câmara, a experiência do trabalho constante com as fontes históricas enquanto bolsista do Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Pontal - CEPDOMP pôde dar sustentação a todo o processo desde o tratamento inicial à análise da fonte, tendo em vista a atuação empírica em prol dos procedimentos de preservação, catalogação e pesquisa realizados no Centro. O trabalho com os jornais também foi influenciado pela atuação do CEPDOMP, bem como pelas discussões teórico-metodológicas realizadas em algumas disciplinas do Curso de História e pela atuação de professores e colegas que trabalham com essa tipologia documental.

Nesse sentido, as contribuições metodológicas de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto¹¹ se fazem fundamentais para uma compreensão histórica acerca do universo da imprensa e dos periódicos. No caminho teórico proposto pelas autoras, a imprensa evidencia-se enquanto uma força social ativa dentro de sua historicidade e conjuntura, não como alicerce da construção histórica, mas como parte dessa construção.¹²

As autoras apontam a necessidade de refletir sobre tal historicidade a partir dos processos de constituição, construção, consolidação e reinvenção do poder burguês e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do período do capital. Tomando como base a bibliografia sobre o golpe, compreendemos a conjuntura enquanto extremamente permeada pelas articulações das elites detentoras do capital associado com outros setores – como a própria imprensa – indispensáveis para a circulação e disseminação

¹¹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 35, p. 253-270, 2009.

¹² Ibid., p. 257.

de uma narrativa que doutrina por meio do medo.

Levando em consideração o aparato metodológico apontado pelas autoras, é importante frisar que o foco de nossa análise se dá no sentido de compreender seu projeto editorial enquanto principal suporte para a identificação das movimentações e posicionamentos político-ideológicos do periódico. Nesse sentido, priorizamos uma abordagem temática com destaque para algumas intervenções na agenda pública e posicionamentos políticos mais ou menos explícitos acerca do tema proposto. Destaca-se aqui a construção de narrativas acerca da vida política local e seus embates, cumprindo, tal como apontado pelas referidas autoras, o papel da imprensa enquanto suporte narrativo e espaço privilegiado das disputas políticas. Também apontamos e mencionamos a cobertura midiática acerca da criação da Liga Anticomunista de Nanuque e a criação de uma coluna homônima própria no jornal onde eram realizadas suas propagandas discursivas e os comunicados à população nanuquense no que diz respeito à sua atuação na região, além de breves registros acerca de algumas notícias e manchetes que se puseram a discutir a situação política nacional e internacional.

No que se refere ao procedimento de análise das Atas da Câmara, foram elaborados alguns modelos de fichas com diferentes objetivos. Cada modelo foi utilizado em uma fase da pesquisa, de modo que se pôde focar em aspectos mais gerais ou específicos da fonte ao longo da análise e de acordo com a necessidade observada.

A primeira ficha elaborada (a partir daqui tratada como F1¹³), por exemplo, pôde ser utilizada no processo de identificação das temáticas abordadas no espaço das reuniões da Câmara, bem como datas, requerimentos, votações e discursos de uma maneira geral (estes digitados um a um). A ficha subsequente (F2)¹⁴, já menos extensa e em formato de tabela, buscou englobar de forma mais objetiva informações importantes para a pesquisa como nomes da vida pública nanuquense, suas posições dentro – e em alguns casos fora – da organização política da Câmara e da Prefeitura, as instituições, movimentos, organizações e partidos citados nas reuniões por data e temáticas tratadas, bem como os fatos históricos mencionados. Uma terceira ficha (F3)¹⁵ também foi criada de modo a dinamizar o trabalho da pesquisa, contendo informações diretas retiradas das fichas anteriores acerca das organizações e nomes da política local a serem investigados para uma melhor compreensão

¹³ ANEXO 1

¹⁴ ANEXO 2

¹⁵ ANEXO 3

do cenário político da cidade.

O presente trabalho está estruturado em dois capítulos. No capítulo 1, busca-se evidenciar algumas das principais discussões historiográficas em torno do golpe e da ditadura militar, tomando como ponto de partida as disputas políticas em torno da construção da memória, suas diferentes interpretações historiográficas e sua íntima relação com as questões do tempo presente, evidenciando sucintamente as vigentes disputas em torno das memórias submersas e as novas abordagens historiográficas – nesse sentido, faz-se importante aqui a contribuição dos pesquisadores Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta no que tange à organização da obra *A Ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*¹⁶. Abordamos também um breve balanço historiográfico acerca do governo João Goulart e a interpretação acerca do golpe enquanto um movimento de classe, como evidenciado por René Armand Dreifuss¹⁷ em análise que compreendemos como movimento inaugural dessa perspectiva e que deteve grande destaque enquanto prisma interpretativo no que permeou a temática na década de 1980.

No capítulo 2, entrelaçando-se à necessária discussão sobre o anticomunismo no Brasil suscitada por autores como Rodrigo Patto Sá Motta, Carla Simone Rodeghero e Daniel Trevisan Samway's, buscamos trazer à baila aspectos fundamentais acerca das fontes analisadas, mais especificamente no que diz respeito ao Livro de Atas Número 007 da Câmara Municipal de Nanuque e edições do jornal Folha de Nanuque, no intento de examinar a construção da narrativa anticomunista na Câmara Municipal, bem como suas iniciais manifestações na vida política e nos embates da cidade no ano de 1964. Amparados por Nilson Borges e Ailton Laurentino Caris Fagundes, levantamos também a discussão acerca da Doutrina de Segurança Nacional enquanto um importante aparato legal e ideológico das Forças Armadas, que deu sustentação não apenas ao discurso institucional de legitimação do golpe, mas também às diretrizes do Estado em relação aos mecanismos de inteligência, investigação e repressão suscitados também a nível regional, como poderemos perceber. Em seus últimos subtópicos, a análise estende-se em direção às dinâmicas políticas repressivas no âmbito institucional da Câmara e da Prefeitura Municipal de Nanuque, dando vazão também a outros interessantes episódios no que se refere à temática. Salientamos aqui

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

¹⁷ DREIFUSS, René Armand. **1964, A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

as dinâmicas e práticas que permearam as narrativas do medo vermelho e do anticomunismo na região, sendo notável a legitimação de uma violência institucional que, para além de intervir nos direitos políticos dos indivíduos, também afetou de forma substancial suas vidas pessoais e trajetórias.

Apresentada a estrutura básica do trabalho, é preciso dizer que as motivações para a realização da pesquisa e escolha do tema se entrecruzam entre anseios de ordem pessoal e acadêmica. Para além da contribuição no campo da historiografia, a escolha se deu também através do resgate de memórias e histórias ouvidas aqui e acolá ao longo de minha infância e adolescência acerca do período da ditadura civil-militar na região. Essas histórias, por vezes um tanto assustadoras e com algo de caricato, causavam em mim certo estranhamento: em primeiro lugar, não parecia possível acreditar que Nanuque, uma cidade para mim àquela época tão pouco extraordinária, pudesse ter tido algum dia relação com os estupendos “acontecimentos nacionais” narrados nos livros de História da escola e aparentemente tão distantes da realidade palpável. Em segundo, e se tudo não passasse de boatos contados por velhos caquéticos entediados com a vida, em busca de algum entretenimento, encontrado por diversas vezes nas esquinas e pracinhas da cidade através das “contações de causos”? Mais tarde, adentrando as primeiras discussões sobre memória na graduação, compreendi que não importava a origem das velhas histórias, uma investigação mesmo que inicial sobre o tema ainda assim se fazia necessária.

Em se tratando das contribuições para o campo acadêmico, compreendemos a pesquisa acerca dos aparatos discursivos e narrativos do medo vermelho em diferentes recortes espaciais enquanto algo essencial para uma compreensão mais ampla acerca de suas expressões, usos políticos, rupturas e permanências ao longo de suas muitas reinvenções. Levando-se também em consideração as poucas produções historiográficas que abarcam a conjuntura do golpe na região e, mais especificamente sobre a cidade de Nanuque (em que não se pôde encontrar nenhuma, inclusive acerca de seu histórico político), apontamos uma sólida contribuição no campo da memória e da história local, assim como na própria discussão acerca do passado político da cidade – que, como bem se sabe, faz-se imprescindível para a compreensão dos embates do presente.

Capítulo 1 - A historiografia sobre o golpe e a Ditadura Civil-Militar: uma breve discussão bibliográfica

Faz tempo
que eu esqueço das horas
e as horas vão matando o que penso.
O tempo traz a história do mundo nas costas
tudo isso vem no sopro do vento.

(NAÇÃO ZUMBI, 2002)

O ano é 1964. As tropas do General Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar de Juiz de Fora -MG, irrompem o planalto com um objetivo muito específico, destituir do poder o presidente João Goulart. Por meio de uma coalização de forças heterogêneas, uniram esforços vários grupos descontentes com os rumos que estavam tomando o governo Jango nos entremeios de março de 1964. Um desejo comum despertara nos grupos conservadores e detentores do capital o ensejo necessário para que se pusesse em marcha o golpe de caráter civil-militar: frear as Reformas de Base que foram largamente requeridas pela ampla mobilização social da época, bem como suprimir o protagonismo dos trabalhadores nas suas reivindicações políticas e sindicais, que sintonizavam nesse momento um tom radicalizado.

A ruptura institucional do governo João Goulart se deu num contexto de evidente desestabilização política, marcada também pela crise do populismo e pela polarização ideológica advinda dos embates da Guerra Fria, opondo as “forças democráticas” do bloco ocidental às forças “comunizantes” do bloco oriental. Devido a sua complexa relação com os movimentos populares e com os setores conservadores, ora tendendo para um amplo diálogo com os movimentos sociais e de trabalhadores, ora tendendo para consentir às demandas do capital estrangeiro e de grupos tradicionalistas, o “equilíbrio político” do governo Jango é apontado enquanto um importante fator interno no que tange à crise política enfrentada no período.

De forma complexa, muitos fatores de ordem interna e externa se entrecruzam no contexto do golpe. A partir de um contexto sociopolítico que se manifestava de forma extremamente efusiva, o golpe civil-militar inexoravelmente fora deflagrado e

as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do

terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social¹⁸

1.1. As disputas em torno da memória sobre a Ditadura Civil-Militar: entre o ontem e o hoje

A memória sobre o regime militar brasileiro compreende-se historicamente enquanto um complexo e difuso emaranhado narrativo, advindo das diversas disputas políticas e ideológicas que permeiam o tema. De acordo com Marcos Napolitano¹⁹, deve-se empreender uma análise crítica e detida acerca deste labiríntico tópico da história mais recente do Brasil, de forma a instigar uma compreensão histórica que abarque a complexidade do tema, pautada em suas contradições e paradoxos.

Napolitano aponta que uma memória hegemônica pautada no discurso generalizado da defesa da democracia, liberdade de expressão e dos direitos civis, bem como de “resistência” ao regime foi estabelecida por meio de diversos aparatos institucionais e narrativas civis (atreladas a instituições ou não). O autor afirma que tal memória é calcada em ideais liberais-conservadores contraditórios que, apropriando-se de um discurso geral das esquerdas (principalmente a esquerda ligada ao Partido Comunista Brasileiro - PCB), promoveram a hegemonia discursiva acerca do período. Tal hegemonia pôde ser legitimada no campo da memória por ações do Estado que se apresentam enquanto uma rasa e antinômica *mea culpa*, estabelecendo dicotomias narrativas simplistas que opõem mocinhos e *badguys* sem adentrar numa discussão que abarque a complexidade dos processos ocorridos no seio dos sistemas político, social e cultural do regime.

Uma das grandes contradições apontadas pelo autor no que se refere às disputas políticas sobre a memória do regime é a situação política pós-regime: apesar do triunfo simbólico de uma memória crítica à ditadura, os aparatos burocráticos e jurídicos do Estado, suas políticas socioeconômicas e o trato em relação ao autoritarismo via de regra fomentado e empreendido pelos sistemas de segurança pública nacionais são compreendidos enquanto

¹⁸ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2007. p. 21

¹⁹ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, V. 8, n. 15 esp., p. 10-45, 2015.

um importante “legado militar” que pode ser observado ainda na contemporaneidade e em diferentes governos ao longo da história da chamada “redemocratização” brasileira.

No atual momento experienciado no Brasil, estas são questões cruciais no que diz respeito à compreensão de como vêm se metamorfoseando as disputas pela memória acerca da ditadura civil-militar e como isso se traduz em meio aos novos embates políticos vividos. Dessa forma, as questões do presente se fazem aqui gritantes e pertinentes para a compreensão não apenas de nosso passado político, mas de como vêm se articulando esses obscuros arcabouços narrativos em pauta, em especial ao que diz respeito a uma expressiva falta de apreço pela democracia.

A partir de um novo movimento de radicalização das narrativas políticas, em especial as escabrosas guinadas à extrema-direita com um triste apelo opressivo²⁰ e a um novo conservadorismo brasileiro, demandas do tempo presente se manifestam também no âmbito historiográfico. Por meio de uma avistada necessidade de se revisitar temáticas como a Ditadura Civil-Militar, as robustas desventuras do anticomunismo e das revividas utopias autoritárias²¹, após uma distância temporal em que agora podemos compreendê-las enquanto questões evidentemente “não-resolvidas”, faz-se importante pôr em contraste os novos e “antigos” debates historiográficos acerca das referidas temáticas, em especial as discussões acerca dos 40 e dos 50 anos do golpe.

As contradições acerca da memória da Ditadura Civil-Militar podem ser compreendidas à luz de importantes reflexões evidenciadas por Mattos: as disputas em torno desta memória constituem-se em disputas pelo poder político advindo da legitimação discursiva e narrativa acerca da história do golpe. Tais disputas pela hegemonia memorialística do golpe perduram ainda atualmente, podendo ser observadas a partir da atuação de instituições, grupos e agentes sociais e políticos diversos. Outra importante questão a ser levantada é a compreensão acerca das novas ondas pró-intervenção militar, que vêm pedindo, de maneira mais desavergonhada desde o advento do golpe que deu

²⁰ Verificado não apenas nos discursos das elites, mas tristemente presente também em meio às camadas emergentes e populares.

²¹ De acordo com Carlos Fico, as utopias autoritárias fundamentam-se na ideia de um discurso ético-moral que têm suas raízes nas tradições do pensamento autoritário brasileiro. Para o autor, o conceito pode ser compreendido através de duas dimensões que o caracterizam: definem, a primeira, de caracterização “saneadora” buscava trazer a cura ao organismo social, expelindo dele o “câncer do comunismo”. A segunda, com bases “pedagógicas”, procurava “suprir supostas deficiências do povo brasileiro”, tido como despreparado e manipulável. FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 73.

sustentação ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff e da ascensão do governo de Jair Bolsonaro, uma nova intervenção antidemocrática das Forças Armadas no Estado brasileiro.

Inegavelmente, com o avanço do bolsonarismo e do discurso reacionário, cada vez mais inescrupuloso e influente no Brasil, é possível observar o crescimento de uma narrativa saudosista e defensora da ditadura, em claros contrastes com a atuação de grupos autônomos, instituições, organizações, movimentos sociais e partidos que têm pautado os discursos anti-golpe. Torna-se cada dia mais evidente a urgência em promover, assim, uma revisão pública das questões que dizem respeito aos processos de consolidação e metamorfose das memórias do golpe e seus complexos movimentos de significação, compreendidos no universo da análise histórica enquanto cruciais para que se entenda não só como se dá o seu desenvolvimento, mas também de que forma essas memórias e representações foram e vêm sendo ressignificadas no campo das disputas políticas.

É de suma importância, dessa forma, compreender o papel do historiador diante da crescente necessidade do estabelecimento de uma nova historiografia no campo da “batalha das memórias”. Tal historiografia deve possibilitar uma compreensão e análise crítica – dentro, claro, de seus limites teórico-metodológicos – dos posicionamentos e narrativas dos diversos grupos atuantes nos contextos pré, durante e pós-golpe, de forma a fugir dos binarismos explicativos e das polarizações causais.

Nesse sentido, novas análises emergem por ocasião dos 50 anos do golpe. Citamos em especial a obra *A Ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964*²², organizada por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. A obra traz muitas questões que não haviam sido pautadas por abordagens anteriores, ao passo que, a partir de uma concepção tida como revisionista, aponta também para as discussões clássicas da historiografia do golpe civil-militar, por meio de uma perspectiva teórica que coloca em pauta novos olhares.

Entre elas, destacamos os novos debates acerca da cultura política nacional-estadista, trazida por Aarão Reis e apontando suas diferentes expressões através dos governos de Getúlio Vargas no contexto do Estado Novo, Juscelino Kubitschek, durante o período vigente da ditadura e nos mandatos do governo Lula. Destacamos também o debate proporcionado por Ridenti acerca das oposições e resistências à ditadura, em que o autor

²² REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S., op. cit.

pauta os discursos de legitimação do golpe, a oposição clandestina e a oposição institucional. Num debate acerca das mudanças sociais e econômicas no período, Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein contribuem de forma a proporcionar um panorama geral acerca das transformações vividas pelas diferentes classes sociais no Brasil no contexto da ditadura civil-militar.

Outros importantes debates também são pautados a partir da obra de Carla Simone Rodeghero, que traz uma análise da Lei de Anistia de 1979 e suas ressignificações ao longo dos períodos políticos experienciados no Brasil, ao passo que Miriam Gomes Saraiva e Tullo Vigevani analisam as rupturas e continuidades em relação à política externa brasileira a partir dos anos 1960 até o ano de 2011. Mariana Joffily também traz importante contribuição no que diz respeito ao debate acerca dos aparatos repressivos legitimados e sustentados pelas políticas do Estado, em que analisa desde sua fundação até seu desmantelamento, por uma perspectiva atual. São muitas as novas contribuições no campo da historiografia proporcionadas não apenas pela obra em rememoração dos 50 anos do golpe, mas também considerando as novas produções emergentes acerca da temática e seus desdobramentos nos campos políticos, econômicos, culturais e simbólicos.

Nesse sentido, a pesquisa visa contribuir para o debate ao discorrer sobre aspectos políticos e sociais, buscando compreender de que formas a atuação do discurso anticomunista no contexto do golpe se deu no circunscrito contexto político da cidade de Nanuque e que ressoou politicamente no espaço da mesorregião do Vale do Mucuri. Além disso, buscamos dialogar com discussões já tidas como clássicas na historiografia, no universo da análise da micro-história, circunscrevendo a compreensão dos processos políticos nas pequenas cidades fora do eixo Rio-São Paulo tão importantes quanto nas grandes metrópoles para o enriquecimento e atualização do debate.

1.2. Uma breve discussão historiográfica sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil

Lançando mão do aparato teórico proporcionado por Marcelo Badaró Mattos²³, serão apresentadas e discutidas por meio de um balanço historiográfico as diferentes “fases” e “ciclos” da literatura acadêmica que se ocupou de analisar o Governo João Goulart, desde o

²³ MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 55, 2008.

início da década de 1970 até as abordagens que compreendem as produções em torno dos 40 anos do golpe.

Nas produções até a década de 1970, destacam-se análises pautadas principalmente em dois pontos centrais: a questão econômica e a crise de acumulação, em contraposição com a crise do populismo. Sobre a crise do populismo, Mattos atenta para a reflexão de Otávio Ianni sobre as relações contraditórias entre o projeto de desenvolvimento capitalista urbano-industrial e a entrada das massas no plano das disputas de poder. Além de enfatizar questões econômicas, políticas e sociais do golpe, estas produções possibilitaram perspectivas mais amplas de análise, bem como “abriram o leque” para a reflexão acerca de questões ainda não respondidas pela historiografia no que tange aos processos políticos que pautaram o governo João Goulart e suas implicações com o golpe de 1964.

Nesse sentido, destaca-se na década de 1980 a análise de René Dreifuss, que discorre sobre as articulações políticas entre os setores dominantes da classe empresarial brasileira e os militares no desenvolvimento de um projeto de poder pautado em suas reivindicações, trazendo de forma até então inédita a discussão acerca da participação civil nos meandros do golpe. Para Dreifuss,

As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classe, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista²⁴

Ainda nos anos 1980, pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), pautam suas análises nos depoimentos de atores políticos envolvidos diretamente no contexto do golpe, entre eles os militares. É preciso apontar que Mattos salienta o artigo de Gláucio Ary Soares intitulado *O golpe de 64*, no qual, de acordo com o Mattos, Soares busca em sua tese contestar as análises que partem de explicações essencialmente estruturais e econômicas como forma de explicar o golpe, ao passo que, para justificar a argumentação de sua narrativa histórica, o autor peca por lançar mão quase que exclusivamente da perspectiva dos militares em suas fontes e relativizar suas articulações.

Por ocasião dos 40 anos do golpe, nos anos 2000, as produções retomam teses anteriores (dos anos 1990), contribuindo para o surgimento de um debate acadêmico entre as interpretações tidas como dominantes e as revisionistas. Surgem discussões que apontam

²⁴ Ibid., p. 247.

revisões no sentido de delimitar a inclinação a posicionamentos antidemocráticos tanto por parte da esquerda como da direita. Críticos dessa perspectiva, como Caio Navarro de Toledo, apontam para as implicações interpretativas dessas teses, como a legitimação do golpe como “justificável” a partir do conflito de interesses sobre os diferentes projetos políticos de Brasil, tendo em vista essa possibilidade interpretativa acerca das análises de Argelina Figueiredo e Elio Gaspari.

Tais perspectivas contrapõem-se à tese de Dreifuss de que o golpe teria sido articulado também por civis representantes dos grandes capitais nacionais e estrangeiros, contando com o apoio de setores militares e da política externa dos EUA. O prisma interpretativo proposto por Figueiredo em *Democracia ou Reformas* sugere, por sua vez, que “a responsabilidade pelo golpe era atribuída tanto aos que o deram quanto às forças que defendiam as reformas e foram atingidas por elas.”²⁵ Nesse sentido, trazendo uma importante contribuição para o referido debate, Daniel Aarão Reis Filho aponta para uma inexistência do caráter de “resistência democrática”, indicando um cenário de abertura das esquerdas à ideia da execução de um projeto antidemocrático de poder que atendesse às suas reivindicações. Para Mattos, tal perspectiva dá margem ao discurso do “contragolpe”, pautado ainda hoje por parte da direita, dos setores conservadores e da chamada “tecnocracia”, que, por meio da instituição de narrativas acerca da ameaça esquerdista-comunista para a nação, conseguem mobilizar diversos setores da sociedade civil e pôr em marcha o golpe.

Também crítico a essa perspectiva, Marcelo Ridenti alerta para os usos políticos e ideológicos possibilitados pelo discurso de análises com esse viés. Ridenti aponta que o caráter de resistência democrática esteve presente em várias organizações de esquerda, e que, apesar de muitas não terem focado neste aspecto, as ações empreendidas evidenciam uma luta de resistência às forças da ditadura. Ridenti atenta também para o envolvimento dos Estados Unidos na política da América Latina a fim de apoiar regimes ditatoriais, movimento empreendido por meio de diversos aparatos e mecanismos de fomentação e sustentação econômica do golpe, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Escola Superior de Guerra (ESG), apontados por Dreifuss.

²⁵ Ibid., p. 251

Abarcando discussões de uma historiografia pós-anos 2000, é necessário apontar o surgimento dos estudos por ocasião das comemorações dos 40 anos do golpe, concentrados principalmente nos centros de estudo do RJ e baseados em três eixos centrais de discussão sobre o Governo João Goulart: a abordagem biográfica, a discussão sobre a memória e a apresentação dos testemunhos de época sobre Goulart e o governo. É importante frisar que a concentração dos estudos no RJ se dá também pelo fato de que lá se situam a maioria dos arquivos da Ditadura.

A obra *João Goulart: entre a memória e a história*, de Marieta de Moraes Ferreira aponta para a disseminação de uma memória escassa e/ou negativa de Goulart e seu governo. Angela Gomes, por sua vez, aborda a passagem de Jango pelo Ministério do Trabalho enquanto marco inaugural de sua trajetória, destacando a imagem de “nacionalista e reformista” que construiu junto a seus aliados e opositores.

Analisando a questão agrária no Brasil republicano, Mário Grynspan aponta a década de 1960 como contexto em que o tema da reforma agrária e redistribuição de terras entra em destaque a partir dos movimentos de luta pela terra e pelas discussões levantadas por diversos intelectuais e políticos. Ao apontarem as políticas econômicas do governo de Goulart, Hildete Pereira de Melo, Carlos Pinkusfield e Victor Leonardo de Araújo realçam certa falha no “jogo de cintura” de João Goulart em relação aos pactos com as forças “sociais, econômicas e políticas” para lidar com as instabilidades macroeconômicas em seu governo e atender às demandas sociais.

Abordando a questão do anticomunismo no cenário brasileiro, Rodrigo Patto Sá Motta empreende uma discussão para além das instituições e entidades anticomunistas, tratando das construções em torno de suas tradições, discursos e iconografias, bem como a associação de Goulart enquanto parte do perigo comunista para o Brasil. Por sua vez, a análise de Marieta Ferreira, pautada nas memórias que dizem respeito à história política do governo Jango a partir do acervo de memória oral do CPDOC, analisa e confronta as memórias dos grupos de esquerda e dos conservadores. Entre os grupos conservadores, destacam-se os políticos do Partido Social Democrático (PSD), da União Democrática Nacional (UDN), militares e representantes de grandes grupos empresariais (ou “tecnocratas”). Entre os grupos de esquerda, destacam-se depoimentos de petebistas, comunistas e lideranças de movimentos sociais. A autora afirma que, por meio da análise das fontes, explicita-se que a interpretação das reformas de base enquanto ameaça comunista no contexto do Brasil janguista é equivocada.

Sobre o acervo, Mattos descreve o CPDOC do Rio de Janeiro em sua abrangente quantidade e tipologias de fontes documentais, bem como o acervo pessoal de João Goulart, que lá se encontra depositado. É possível supor que a amplitude do acervo pode vir a explicar a centralização das pesquisas no Rio de Janeiro enquanto cerne das publicações e estudos que visam abarcar a temática por meio da pesquisa histórica no Brasil.

Análises de Angela Gomes e Jorge Ferreira apontam João Goulart como um personagem contraditório, a partir das discussões que permeiam o conflito de memórias em torno de sua figura política. Para Mattos, a obra configura-se enquanto uma grandiosa contribuição para a historiografia e o ensino de História, entretanto frisa que não pelas apresentações de capítulos trazidas pelos autores, e sim pelas amplas possibilidades de abordagem permitidas pelas fontes. Por sua vez, a obra *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*, de Oswaldo Munteal, Jaqueline Ventapane e Adriano de Freixo constitui-se em uma coletânea de fontes e artigos que abordam os documentos e as análises “feitas nos anos seguintes por atores relevantes no período do governo Goulart”²⁶. A obra abarca questões ligadas às políticas e ao contexto socioeconômico numa perspectiva mais ampla, incluindo-se o debate sobre a interferência do capital estadunidense na América Latina, bem como de suas políticas de “contenção de conflitos sociais”. Mattos destaca as fontes utilizadas pelos autores na coletânea: mensagens encaminhadas ao presidente, discursos, artigos e conferências que tornam possível compreender de forma mais aprofundada as propostas nacionalistas de governo.

Ao situar as produções recentes sobre o governo João Goulart em uma tradição historiográfica que abarca questões diretamente relacionadas ao jogo político empreendido, bem como as disputas em torno da memória sobre o governo Jango, o autor aponta para a necessidade de se buscar uma historiografia que possa analisar de forma contundente e não simplista o desenvolvimento dos diferentes projetos de poder, relacionando-os a seus interesses políticos e econômicos e discutindo quais setores suas demandas contemplavam. Ao citar Moniz Bandeira, o autor deixa a questão em aberto para novas produções historiográficas que analisam o golpe:

Para Bandeira, após desenvolver uma análise das lutas sociais do período, não havia dúvidas em afirmar que ‘o golpe de Estado no Brasil, instigado e sustentado pela comunidade dos homens de negócios e pelos

²⁶ Ibid., p. 259.

proprietários de terras, constituiu nitidamente um episódio da luta de classes...'. Teria a historiografia mais recente dúvidas em relação a isso?²⁷

1.3. A ditadura civil-militar sob uma perspectiva de classe: René Dreifuss e A Conquista do Estado

Em 1964 *A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, René Armand Dreifuss defende que o golpe civil-militar de 1964 não foi resultado de uma ação isolada da classe militar descontente com os rumos do governo estabelecido historicamente por meio do diálogo com blocos populistas. Para o autor, o golpe tratou-se, antes, de um complexo empreendimento estratégico levado a cabo e esquematizado a partir dos interesses de classe de uma chamada *elite orgânica* composta pela burguesia tecnocrata empresarial, que contava com agentes internos e externos de fomentação política e econômica.

Dreifuss aponta a atuação desses grupos em âmbito nacional e internacional. De acordo com o autor, buscava-se a legitimação de uma suposta modernização no campo da economia pautada na defesa e no fomento do capital privado industrial nacional e multinacional associado, em que a defesa de ideais conservadores políticos, calcados na narrativa do “terror comunista” e na defesa da propriedade privada pudesse sobrepor-se às verdadeiras intenções classistas do golpe de Estado.

O autor busca em sua obra analisar as ações empreendidas por estes grupos e evidencia suas profundas redes de interação e fomentação político-econômica, que contavam com a atuação estratégica de diversos setores da sociedade civil, empresarial, política e militar. Dreifuss aponta para duas principais linhas de ação implementadas por estes grupos, principalmente por meio da atuação do complexo de associados IPES e IBAD, operando nos meandros da ação ideológica e social e da ação política e militar.

Por meio das ações ideológicas e sociais do IPES, pretendia-se uma doutrinação que viria a abarcar o *modus operandi* institucionalizado e apregoado pelos golpistas, buscando a disseminação de valores de direita tradicionais e o repúdio ao bloco popular nacional-reformista, abrindo espaço para que se fosse empreendido um programa de governo altamente coeso e com arrematada chancela da aprovação popular. Tais ações eram efetuadas a partir de discursos e publicações de cunho político amplamente divulgados pelas mídias

²⁷ Ibid., p. 261-262.

de massa (como rádio, TV, periódicos, informativos, folhetins, filmes, cartilhas) e também nos âmbitos intelectualizados e acadêmicos (por meio de livros, congressos, simpósios, manifestos, debates públicos) reforçando a disseminação de uma narrativa histericizante que pôde se efetuar desde os âmbitos das classes operárias organizadas e entidades estudantis até os diferentes grupos politicamente ativos da Igreja Católica e do pequeno ao mais alto empresariado brasileiro, de modo a consolidar-se e organizar-se politicamente em torno dos diversos setores civis dominantes e também subalternos.

No âmbito da atuação do IBAD, de ação política e militar, Dreifuss aponta também para a forjada legitimação de uma necessidade de intervenção militar empreendida ao longo das estratégias de doutrinação política, uma vez que as Forças Armadas teriam um papel fundamental na tomada do poder estrategicamente esquematizada pela elite orgânica por meio de um golpe de Estado com legitimação civil-militar. Desta forma, Dreifuss evidencia que, embora as forças militares tenham sido compreendidas no universo externo do golpe enquanto força-motriz do movimento a favor das estruturas hierárquicas da nação, da produtividade empresarial e iniciativa privada, da ordem, da família e moral cívicas cristãs conservadoras – em detrimento, por sua vez, das forças estatizantes, do discurso socialista/comunista, das organizações políticas populares de classe e dos interesses tradicionais das oligarquias rurais –, este processo legitima-se na sociedade civil a partir das iniciativas e articulações das elites orgânicas, que viriam a consolidar-se enquanto bloco dominante e caucionar suas proposições a níveis políticos e econômicos no governo durante a ditadura.

Capítulo 2 - Disputas pelo poder local e anticomunismo na Cidade de Nanuque

Por meio de expressões diversas, o anticomunismo pode ser observado em diferentes fases de crise política no Brasil. É preciso apontar a heterogeneidade do movimento, tanto na constituição de seus grupos apoiadores quanto em relação às características de seus discursos. Por meio da observação de suas continuidades e rupturas, Motta aponta as três fases em que o movimento teve mais expressão na esfera política brasileira: a primeira, entre 1935-1937 por ocasião da chamada Intentona Comunista; a segunda em meio a bipolarização política que caracterizou o período do início da Guerra Fria entre 1946-1950 e a terceira, nos contextos de crise que levaram ao golpe de 1964.

Desse modo, é possível falar em “anticomunismos”, levando em consideração as suas diversificadas configurações históricas e múltiplas formas de expressão política. Apesar das diferentes “ondas” anticomunistas, três aspectos fundamentais podem ser observados na composição geral das narrativas do medo vermelho, sendo elas o nacionalismo, o liberalismo e o catolicismo. Presentes de diferentes formas nos contextos em que se observa uma maior mobilização do discurso, essas três matrizes calcaram uma espécie de alicerce para as ações e narrativas dos anticomunismos no Brasil. Dessa forma,

Criaram-se, assim, bases para estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista.²⁸

É preciso apontar que o anticomunismo típico do período do golpe se disseminou por meio de diversos meios de divulgação e propaganda, sendo aqui objeto de destaque as instituições que se empenharam em promover a fomentação política, ideológica e econômica do discurso, amparadas nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, “importada” dos Estados Unidos. Segundo Fagundes,

Em grande medida essa doutrina se embasava na teoria da guerra interna, desenvolvida nos Estados Unidos, segundo a qual a principal ameaça à estabilidade e à segurança nacional não vinha da invasão externa, mas dos grupos subversivos nacionais, que poderiam ser influenciados pelo comunismo internacional, ameaças que, para o bem da nação, deveriam ser

²⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá., op. cit. p. 7.

neutralizadas ou eliminadas.²⁹

Nesse sentido, a criação de diversas frentes anticomunistas no Brasil pode ser observada com mais ênfase no apogeu da polarização que permeou o contexto do golpe, a partir de 1963, como referido por Motta. O referido autor aponta uma grande parcela dessas organizações enquanto frequentemente “efêmeras”³⁰, no sentido de que boa parte de suas atuações se deram num período muito circunscrito no tempo, compreendido enquanto “curto” ou de pouca expressão, já que demonstravam maior força nos momentos em que essa disputa política se acirrava e a suposta “ameaça” se mostrava mais aparente.

Pensando na grande efervescência em torno da criação da Liga Anticomunista de Nanuque e de outras organizações de cunho anticomunista na região³¹, e tendo também em vista uma perspectiva que se propõe mais circunscrita na análise do contexto político local, dentro de nossas limitações teórico-metodológicas compreendemos que o “simples” esforço de se pensar e construir uma organização ou grupo centrado no combate ao comunismo e às ideias ditas esquerdistas, demonstra uma relevante manifestação das disputas pelo poder e sua importância no que tange aos próprios processos políticos da cidade e da região nesse contexto.

Considerando também as diferenças entre as dinâmicas políticas ocorridas nos grandes centros urbanos principalmente dos eixos Rio-São Paulo e nas regiões interioranas, não compreendemos a atuação de tais grupos enquanto efêmeras, visto sua grande influência no processo político regional e o impacto deste nas dinâmicas locais. Por isso, a necessidade de, como apontado por Motta, nos empenharmos na análise mesmo que geral da atuação desses grupos e de sua cultura política, bem como de seus mecanismos de mobilização e atuação na esfera pública – que, em meio aos conflitos locais, não raramente se confundem também com o âmbito privado.

2.1. O golpe é deflagrado: uma Câmara de joelhos

A construção da narrativa anticomunista dentro da Câmara Municipal de Nanuque

²⁹ FAGUNDES, Ailton Laurentino. Do golpe à ditadura: A Doutrina de Segurança Nacional e a construção do Regime Militar. *OP SIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 60-78 - jan./jun. 2014, p. 69.

³⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., p. 179.

³¹ Como por exemplo a Liga Anticomunista de Curvêlo, a Liga Anticomunista de Montanha, a Liga Anticomunista de Teófilo Otoni, bem como as movimentações de cunho anticomunista nas cidades de Governador Valadares e outras.

no período compreendido entre o ano de 1964 e 1965³² é também permeada por questões próprias dos embates políticos locais, os quais se tornam mais inteligíveis na medida em que relacionamos as atas das reuniões da Câmara e edições do jornal Folha de Nanuque. Compreendemos ambos enquanto espaços privilegiados de disputa que, a partir da análise, nos ajudam a entender a atmosfera política da região.

É preciso destacar que o recorte em questão não nos permite uma compreensão extremamente precisa e detalhada das nuances que abarcam a vida política nanuquense em sua complexidade. Para tal, é necessário realizar uma investigação mais aprofundada acerca dos embates anteriores de modo a traçar uma cuidadosa trajetória histórica do processo político regional, por meio de análises que levem em consideração um conjunto de fontes e um recorte temporal mais abrangentes, o que não nos foi possível realizar na presente pesquisa. Entretanto, a cada leitura feita acerca das fontes se torna mais evidente a necessidade de se empreender tal esforço, uma vez que as várias questões a serem apresentadas ainda ressoam na sociedade através das diferentes manifestações da memória e das lutas políticas na cidade.

Dentro do espaço institucional da Câmara, as disputas em torno da hegemonia política se expressaram através de inúmeros discursos, requerimentos e comentários tecidos ao longo das reuniões dos vereadores. Também fora incentivada e requerida pela ala mais conservadora, maioria na Câmara, a cassação de mandatos e direitos políticos de vereadores, vice-prefeito e seu assessor, apontados enquanto elementos subversivos e comunistas perigosos, além da suspeita apontada acerca de outros indivíduos não atuantes no âmbito da política institucional, mas presentes e atuantes no âmbito social.

É preciso apontar os principais partidos políticos da cidade à época e de maior expressão dentro da Câmara, sendo eles a UDN (União Democrática Nacional) e o PSD (Partido Social Democrático). Identificamos também a presença do MTR (Movimento Trabalhista Renovador), de menor expressão³³. A partir das atas, é possível afirmar que o

³² Período abarcado pelo Livro de Atas 007, analisado na pesquisa.

³³ Por meio das atas, foi possível identificar enquanto membros da UDN nos anos de 1964 os seguintes vereadores: Dion de Figueiredo Ruas, Wilson Marinho da Rocha, Milton Sebastião Pacheco, Péricles Gonçalves Filho, Nelson Barbosa Coelho, Abdias M. Pereira, João Barbosa de Oliveira e Elpídio Celestino dos Santos. Da bancada do PSD, identifica-se Almicar Peres Veiga, Geraldo da Conceição Romano, Laedy Yveti Wiket, Manoel Messias Reis, Paulo de Oliveira e Severino dos Santos. Do MTR, o suplente de vereador Josmã Bastos. De acordo com entrevista “cedida” coercitivamente sem autorização de publicação do vereador ao Jornal Folha de Nanuque, Nicodemos de Araújo não compunha a mesa de nenhum partido. FONTE: **Jornal Folha de Nanuque**. 14 de fevereiro de 1964, Ano 3, edição número 50. [página não identificável].

PSD era tido como “partido de oposição” na esfera da Câmara, de maioria udenista. Todos os partidos foram extintos após o Ato Institucional Número 2 - (AI-2), promulgado em 27 de outubro de 1965³⁴.

A observação da movimentação política dessas siglas no âmbito da Câmara faz-se aqui essencial para compreender as pautas em disputa e sua relação com a própria política nanuquense, visto que a atuação dos partidos em âmbito regional poderiam, claramente, denotar de forma não homogênea rupturas ou validações em relação às diretrizes dos diretórios nacionais e estaduais. Assim sendo, torna-se necessário observar para além do discurso geral dos partidos, não os excluindo, mas atentando para os mecanismos da atuação concreta dos agentes políticos enquanto indivíduos em meio às questões evidenciadas pela vida pública através de seus posicionamentos e de seus silêncios.

No ano de 1964, a vida política na Câmara Municipal de Nanuque se volta para as questões suscitadas a nível nacional e internacional provenientes do contexto de polarização, não deixando de lado também as suas particularidades. É preciso dizer que a investigação acerca dessas particularidades demonstrou-se uma tarefa extremamente complexa, uma vez que os limites entre o que se apresenta enquanto um embate regional e o que se apresenta enquanto uma possível mimetização do enredo golpista não é exatamente claro, visto que por vezes os discursos universalistas sobressaem-se no âmbito das narrativas de legitimação dos projetos políticos em disputa.

No contexto, é possível observar o diálogo político estabelecido entre os sujeitos no interior da própria Câmara com o então golpe que havia acabado de se consolidar, e que já se configurava enquanto um verdadeiro terreno minado no início do ano político de 1964³⁵.

Nesse sentido, é possível conjecturar na ata da Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque³⁶ – apenas um dia após a deflagração do golpe, ou seja, a 02

³⁴ Faz-se necessário apontar que após o AI-2, muitos políticos do extinto PSD e principalmente da UDN vão migrar para a Aliança Renovadora Nacional - ARENA, o chamado “partido militar” que por muito tempo oportunizou a sustentação da fachada democrática do regime ditatorial ao passo que “representou o papel de braço partidário parlamentar do autoritarismo vigente dentro de um Congresso despidido igualmente de suas prerrogativas clássicas”. *Verbete* Aliança Renovadora Nacional - (ARENA). In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, CPDOC/FGV.

³⁵ O ano político de 1964 na Câmara Municipal de Nanuque havia se iniciado no dia 30 de março, após recesso do legislativo local. É possível tecer algumas reflexões acerca desse período de recesso e volta, programada para o momento imediatamente anterior ao golpe. Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. **Livro de Atas 007**, 1964. s/n.

³⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Segunda Sessão Extraordinária. **Livro de Atas 007**. 02 de abril de 1964. Nanuque. s/n.

de abril de 1964 –, diversos requerimentos em que se solicita o envio de telegramas de prestações de aplausos e solidariedade a personagens-chave como o Comandante Amauri Kruel, “pela decisiva e enérgica participação na defesa da paz e da liberdade”; “prestação de votos de confiança no governo, endereçados ao Presidente Ranieri Mazilli, [...] preservando a paz e a democracia brasileira”, bem como que se fosse endereçado em nome da Câmara ao “Exmo. Sr. Dr. José de Magalhães Pinto, Governador do Estado, os aplausos, a solidariedade e o apoio às medidas tomadas pela paz e pela liberdade, colocando o povo de Minas na vanguarda da democracia”. No mesmo tom, é também solicitado que se envie ao senador Auro Moura de Andrade “votos de aplauso na participação pela defesa da paz e da liberdade”, bem como ao então Governador da Guanabara, “Sr. Carlos Lacerda, os votos de agradecimento e apoio em defesa da paz e da democracia” e semelhantes votos ao então Governador do estado de São Paulo, Ademar de Barros.

Como se pode identificar, os elogios aos sujeitos golpistas diretamente envolvidos na ação civil-militar que tomara de assalto o governo no dia 1º abril de 1964 são abundantes. Ainda em sintonia com o tom “subordinado” adotado pela maioria da Câmara acerca dos primeiros momentos após o recém-deflagrado golpe, é possível vislumbrar um discurso de legitimação acerca do movimento, como manifesta o requerimento de número 13 da referida sessão:

Seja enviado ao Exmo. Sr. Governador de Minas Gerais - Dr. José de Magalhães Pinto, o seguinte telegrama: A Câmara Municipal de Nanuque, pelos vereadores infra-assinados, vem hipotecar a V. Excelência irrestrito apoio e solidariedade à atitude de liderar o povo de Minas Gerais nesta gloriosa campanha de libertação da família brasileira das garras dessa famigerada ideologia não condizente com os princípios cristãos do nosso povo. O povo de Nanuque agradecido eleva suas preces ao Altíssimo, pelo bem estar de V. Excia., General Mourão Filho, General Amauri Kruel, Castelo Branco e o bravo comandante da Polícia Mineira Coronel José Geraldo para que continue iluminando Vs. Excias. no sentido de levarem a bom termo a obra de redenção democrática de nosso país.³⁷

Um fator a ser apontado na narrativa anticomunista dentro da Câmara é o argumento de defesa da democracia, em geral muito pouco desenvolvido, mas fortemente presente em todas as fases das configurações dos “anticomunismos”. Esse brado acerca de uma defesa inerente e irrestrita da democracia se torna um aspecto interessante a ser observado, uma vez que o argumento fora utilizado justamente a fim de defender uma nebulosa ruptura em torno

³⁷ Idem.

da institucionalidade do Estado.

É possível afirmar que a preocupação em expurgar os ditos comunistas-esquerdistas da sociedade nanuquense (e brasileira como um todo) se fazia nesse momento maior do que o interesse e empenho em se garantir o processo democrático no país. Também se faz presente, como observado, o elogio à instituição da Polícia de Minas Gerais (representada pelo Coronel José Geraldo), a qual mantém uma curiosa relação com a Câmara Municipal de Nanuque durante as movimentações políticas do ano de 1964.

Na ata da Sexta Sessão da Câmara Municipal de Nanuque³⁸, ocorrida no dia 06 de abril, poucos dias depois da instalação dos militares no governo, a partir do requerimento número 19 é possível perceber o reforço da Câmara ao apoio do movimento, legitimando a ação na necessidade requerida pelo contexto. Pede-se que seja enviado um telegrama de apoio a

[...] escolha do General Humberto Castelo Branco à presidência da República, considerando ser indicação dos bravos governadores Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Ildo Menegetti e outros por reunir as qualidades que exige o momento que vive a Nação e ser autêntico defensor da Democracia.³⁹

Na mesma sessão, foram tecidos também comentários a respeito do general Humberto Castelo Branco e elogios às Forças Armadas Brasileiras, que “tomam posição para derrubada de um regime além da fronteira; de um regime que ao povo repugnava e que estava instalado no nosso Brasil.”⁴⁰

Para além dos paradoxos envolvendo a questão democrática, outro fator digno de destaque, especificamente sobre esse anticomunismo que ganha força a partir da década de 1960 no Brasil, é a forma como este ganha apoio não apenas de grupos políticos estritamente conservadores, mas de uma parcela da sociedade civil que se sente imbuída do dever de lutar contra a perversidade comunista, de forma a proteger as sagradas instituições da família e da propriedade privada.

Nesse sentido, no dia 20 de abril⁴¹, destaca-se o requerimento número 37 em que se solicita que seja promovida pela Câmara, apresentada enquanto legítima representante do

³⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Sexta Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 06 de abril de 1964. Livro de Atas 007. Nanuque. s/n.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Oitava Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de abril de 1964. Livro de Atas 007. Nanuque. s/n.

povo e articulando recursos junto aos dirigentes das Igrejas, autoridades locais e “todas as organizações sociais” da cidade de Nanuque, a realização da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. De acordo com Adriano Norvo Cordatto e Marcus Roberto de Oliveira, as Marchas da Família com Deus Pela Liberdade foram

atos públicos organizados por setores católicos da classe média urbana — e impulsionados por políticos conservadores (a Ação Democrática Parlamentar, em primeiro lugar), pela elite empresarial (reunida no IPES) e pelos movimentos femininos — que reuniram milhares de pessoas às vésperas do 31 de março nas principais cidades brasileiras.⁴²

Ainda segundo os autores, as Marchas

Condenavam genericamente a política “populista” (isto é, “a demagogia, a desordem e a corrupção”) e o “comunismo” (seja seu caráter “materialista e ateu”, seja o risco que o “totalitarismo” poderia representar à propriedade privada e à democracia). Fazendo eco ao clima de guerra fria, comunismo e populismo eram considerados posturas simetricamente “antidemocráticas”.⁴³

O requerimento também solicita a realização de uma Missa em Ação de Graças “pela vitória da Democracia, preservação do regime e da liberdade”. A justificativa da requisição expressa muito do teor dos diversos requerimentos e discursos proferidos ao longo do ano de 1964 na Câmara, e, por isso, a citaremos integralmente:

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, graças a Deus e aos homens de bem deste país, hoje temos nós a felicidade de continuarmos a viver neste regime que jamais devia ser arrancado do povo brasileiro. Digo assim, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, porque falo, neste momento, do fundo da alma e sei que estou expressando o sentimento de todos os brasileiros, com exceção daqueles que nem são dignos de serem lembrados porque nos entristece saber que em uma pátria em que todo o povo vive e tem condições de viver haja traidores, ou conspiradores da nossa mãe Pátria. Daí porque, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, trago a esta casa o requerimento que pede que seja feita a Marcha que está sendo realizada em todo o Brasil. Esta Marcha, Sr. Presidente, representa o sêlo de ouro da nossa vitória. Representa ainda a confiança que temos e continuaremos a ter nas nossas gloriosas Forças Armadas que desde os primórdios nos deram exemplos de verdadeiras instituições democráticas. E, nesse instante com simples palavras, mas expulsas pela alegria e tranquilidade que vive em mim, aqui deixo a mais sincera expressão de confiança no atual Chefe da Nação, que assistido por Deus, há de nos dar o rumo certo, oferecendo condições de vida digna a todos os brasileiros, dentro dos mais sagrados princípios da cristandade. Ass.: Milton Sebastião Pacheco.⁴⁴

⁴² CODATO, Adriano Nervo. OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.271-302 - 2004. p. 273.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

Por meio de uma linguagem que coloca em evidência a oposição entre os “homens de bem” e os que “nem são dignos de serem lembrados”, o vereador Milton Sebastião Pacheco enfatiza a dicotomização “nós” e “eles”, embasada numa expressiva narrativa anticomunista, ao passo que sustenta a distância entre os agentes sociais. É apontada a representação da Marcha enquanto “sêlo de ouro” da vitória do movimento, que é abarcado de forma universalista, como se a todos representasse. Ao afirmar que “expressa o sentimento de todos os brasileiros”, com exceção dos já supracitados “conspiradores da nossa mãe Pátria”, o udenista opera e manipula um mecanismo discursivo extremamente sofisticado no que tange à desmobilização, ao medo e ao silenciamento de seus opositores políticos, procedimento comum em meio às práticas firmadas na Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com Nilson Borges,

As técnicas psicossociais e os meios de comunicação adquirem uma grande importância na manifestação das massas. Com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa a desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar (delatar) e a fazer aderir às políticas do Estado.⁴⁵

Também é curioso notar que, apesar do requerimento dizer respeito ao pedido de uma marcha supostamente abençoada por “Deus” e da realização de uma Missa de Ação de Graças, muito pouco se fala sobre o “Deus” cristão ou os valores da “cristandade”, ao tempo em que a todo o momento enfatiza-se o importante papel da atuação das “gloriosas” Forças Armadas e do assim chamado Chefe da Nação. Evidencia-se assim, a legitimação do discurso através de um apelo moral e religioso, que dificilmente perpassaria pela inconveniência de ser contestado em âmbito público⁴⁶. Nessa perspectiva, refletindo acerca das vicissitudes perpassadas pelo “Desafio a Moral” advindo do discurso anticomunista, Motta aponta que

Dentre o amplo arco de representações que compõe o imaginário anticomunista a temática moral ocupou papel destacado, tendo contribuído em muito para o sucesso das mobilizações contra o comunismo. Neste caso a influência do discurso religioso foi marcante, uma vez que os comunistas foram apresentados como adversários irreconciliáveis da moralidade cristã tradicional.⁴⁷

Outras importantes questões a serem apontadas surgem no seio da Câmara em sua

⁴⁵ BORGES, Nilson. Op. cit., p. 28.

⁴⁶ O requerimento de número 37 fora aprovado por unanimidade e aclamado pelos pares políticos na Câmara, que reforçaram o discurso do udenista.

⁴⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit. p. 89.

Sétima Sessão⁴⁸: têm-se na “Leitura do Expediente” do dia, hábito comum em meio às sessões, a leitura de um folheto da Liga Anticomunista de Curvêlo. Infelizmente, não pudemos ter acesso ao referido folheto, mas instiga-nos o fato de que havia claras articulações institucionais com organizações declaradamente anticomunistas da região do Vale do Mucuri. A leitura do folheto em sessão pública da Câmara denota não apenas o compromisso com a narrativa anticomunista, mas também o interesse em se demonstrar publicamente que o discurso se encontrava já instituído no seio da vida pública nanuquense – e demoraria a sair de cena.

Na mesma sessão, requer-se que, em nome de todos os vereadores, “seja enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República General Humberto Castelo Branco, um telegrama de congratulações, apoio e confiança ao seu governo que se instalará na próxima quarta-feira, dia 15 deste.” Em outro requerimento, pede-se que “Sejam enviados aos eminentes General Humberto de Alencar Castelo Branco e Dr. José Maria de Alkmin votos de congratulações a suas eleições de Presidente e Vice-presidente da República, respectivamente.”

A partir destes requerimentos de congratulações, que podem parecer repetitivos (e de certa forma, o são), fica evidente a articulação, que também pode ser compreendida enquanto certa subordinação dos vereadores da bancada conservadora em relação ao movimento golpista, visto que se tem ciência de todas as datas importantes instituídas pelo calendário político do golpe e não só, demonstra-se enérgico apoio e legitimação a toda e qualquer ação planejada e executada pelo Alto Comando Militar.

De acordo com Borges, com o advento do golpe em 1964, novos direcionamentos são estabelecidos nas Forças Armadas, que passava por turbulentos momentos de tensões internas. Para o autor, abandona-se a ideia de um aparelho militar “arbitral-tutelar” e passa-se a desempenhar uma “atuação direta” no que diz respeito aos diversos mecanismos administrativos e políticos do governo. O caráter “democrático” do movimento também é sustentado na esfera sociopolítica de seus apoiadores a partir das autoproclamadas “eleições” no âmbito do governo militar. Nesse sentido, pensando a mudança de paradigmas no âmbito das Forças Armadas⁴⁹, para Nilton Borges,

A partir de 1964 os militares e os tecnocratas assumem, portanto, o centro real e formal do poder político e o processo de decisão e execução das políticas públicas. O aparelho militar se vê e se sente mais bem preparado

⁴⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Sétima Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 13 de abril de 1964. Livro de Atas 007. s/n.

⁴⁹ BORGES, Nilson. Op. cit., p. 35.

do que os civis para governar o Brasil, porque ele se considera acima dos interesses individuais e de grupos. Este complexo de superioridade se acentua à medida que as Forças Armadas se apresentam como o autêntico e único representante do Estado.⁵⁰

Observando-se a forte legitimação civil e política evidenciada na Câmara em relação a essa mudança de paradigmas, pode-se afirmar que não só o aparelho militar se vê e se sente mais bem preparado que os civis para governar, como os próprios civis pressupõem, talvez de maneira não completamente ciente, seu despreparo. Nesse sentido, é importante refletir acerca do quão cientes estavam os vereadores da Câmara acerca dos meandros do movimento que tomava a cada dia mais fôlego no antro da esfera golpista.

Ainda na Sétima Sessão da Câmara Municipal de Nanuque, discutindo-se o requerimento número 26, fora solicitado que a Casa prestasse ao colega do PSD Geraldo da Conceição Romano “legítimas homenagens de apoio por ter voltado à cidade sem a pecha de comunista [...] de que foi denunciado por aqueles que visando prejudicá-lo, talvez por questões pessoais, o caluniaram”. Logo depois, o vereador Yvetti Wysret diz que o colega Antonio Fonseca Filho, também do PSD, não poderia ser esquecido pelas mesmas razões do vereador Geraldo Romano (ter voltado à cidade sem a mácula de comunista) e pediu ao Presidente da Câmara que se nomeasse uma comissão para visitar também o vereador. É interessante apontar que, após o retorno à cidade, os vereadores acusados pedem licença de alguns meses “para tratar de assuntos particulares”, fato que se repete com curiosa frequência no âmbito da Câmara no ano de 1964.

Na sessão seguinte⁵¹, registra-se que os vereadores Amilcar Peres Veiga e Milton Pacheco foram, conforme determinação do Presidente da Câmara, à casa do vereador Geraldo Romano, com a finalidade de “prestar sinceros votos de boas vindas [sic] pelo seu retorno de Belo Horizonte, quando ficou provado que aquele vereador não é um elemento subversivo”. Comentários foram tecidos no sentido de a Câmara se alegrar pelo retorno do colega, porém se entristecerem pelo fato de ele ter sido denunciado⁵².

Em vários momentos, é possível perceber as diferentes formas em que os embates políticos se manifestam, ora legitimando a ação “revolucionária”, ora apontando-se uma

⁵⁰ Ibid., p. 34.

⁵¹ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE, Ata da Oitava Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de abril de 1964. Livro de Atas 007. s/n.

⁵² Acreditamos ser importante citar o fato de que, em Nanuque, Geraldo Romano é hoje o nome de uma das principais avenidas do centro da cidade, sendo onde se localizam os prédios da Câmara Municipal e da Prefeitura.

“injustiçada” acusação a alguns elementos denunciados. É interessante notar que, a depender de quem é denunciado, muda-se o tom da retórica e é nesses momentos que podemos perceber as contradições do movimento político local, próprias de um contexto em que as incertezas acerca dos rumos do país tomam lugar, apesar das fortes convicções pronunciadas publicamente.

2.2. Entre vigílias e punições: a caça às bruxas vermelhas se intensifica

A manchete, que ocupava a primeira página do jornal Folha de Nanuque⁵³, gritava em letras garrafais: “Fazendeiros de Nanuque se preparam contra Reforma Agrária.”⁵⁴ Assim sendo, no dia 17 de fevereiro, numa reunião de fazendeiros convocada pela Associação Rural de Nanuque, acontecida no Mucuri Tênis Clube e que contou com representantes de diversos setores da sociedade nanuquense — nas palavras do periódico, “estourando de fazendeiros, industriais, comerciantes, engenheiros, advogados, médicos e operários” e tida como “uma das maiores [concentrações] já realizadas em Nanuque” — funda-se a Liga Anticomunista de Nanuque.

De acordo com o periódico, o presidente da associação, Gilberto Ruas, convocara a todos os fazendeiros da região a fim de se filiarem a um movimento contra as “invasões e desapropriações injustas de terras”. Com a presença de integrantes da Associação Rural de Governador Valadares, representada pelo “Dr.” Rubens Fonseca, do coronel Pedro Ferreira, do deputado Deolizano Rodrigues e do prefeito de Carlos Chagas “Dr.” Delvard Murta, os oradores tecem discursos arraigados de ódio de classe, em que se repudia a Reforma Agrária e concebem fortes acusações. De acordo com Rubens Fonseca, a Reforma estaria a causar distúrbios por meio de agitações comunistas nas sociedades do Vale do Mucuri e do Vale do Rio Doce, antes mesmo de começar a vigorar.

Em dado momento da excêntrica reunião, o coronel Pedro Ferreira exhibe um mapa do Brasil em que destaca vários estados do país que

ficariam completamente em poder do Governo Federal com a Reforma Agrária em vigor por estarem retalhados de estradas federais. E [indaga] para quê o Presidente quer fazer isso? Exatamente para ter em suas mãos

⁵³ Fazendeiros de Nanuque se preparam contra a Reforma Agrária. **Folha de Nanuque**. 28 de fevereiro de 1964. Nanuque. Ano 3. n. 51. p. 1. ANEXO 5.

⁵⁴ ANEXO 4.

todos os meios de comunicações com os comunistas.⁵⁵

Ao final de sua fala, o coronel aconselhou os fazendeiros que “se armassem contra o comunismo enquanto é tempo, pois com essa gente, só bala!” Ao tratar dos “comunistas de Nanuque”, de acordo com o periódico, o deputado Mamede Batista fora “aclamado e aplaudido incessantemente” ao proclamar em sua fala que “nós [os anticomunistas] precisamos combater o comunismo e em primeiro lugar os escorraçando de Nanuque, para que sirva de exemplo aos outros”. Em seguida, “Dr.” Mamede Batista propôs a criação da Liga Anticomunista de Nanuque, o que foi apontado enquanto “aceito por todos na reunião”, que, de acordo com o Folha de Nanuque, contava com centenas de carros e mais carros “que não paravam de chegar”.

Destaca-se aqui, para além de todo o ocorrido e sua narrativa, a última fala do então proclamado Líder da Liga Anticomunista:

Nesta grande Concentração do Vale do Mucuri, uma coisa ficou explicitamente dita. A Liga Anti-Comunista de Nanuque lutará até o fim, [...] e seus componentes derramarão sangue, se possível, em defesa de seus direitos!⁵⁶

Nesse sentido, compreendemos a criação da Liga enquanto um movimento de classe por representar os interesses não só políticos como econômicos de classes específicas, como as apontadas. É preciso assinalar que o Mucuri Tênis Clube era um espaço voltado à alta sociedade nanuquense, em que ocorriam não apenas jogos e disputas esportivas dos tenistas, mas também abrigava os mais sofisticados eventos e coquetéis da *high society* da cidade. Por esse motivo e da reunião supracitada, trazemos hipóteses no sentido de que esse poderia também ser um espaço em que ocorriam outros tipos de convenções políticas.

A presença do operariado no evento, apontada pelo periódico, se factual não nos causa estranheza, visto o amplo discurso do expurgo comunista também em meio às organizações de operários da cidade e a pressão causada na classe, como se verá. Entretanto, apesar de sua presença ter sido apontada, pudemos notar que todos os oradores citados, sem exceção, ocupavam cargos de poder: grandes latifundiários da região, deputados, prefeito e até mesmo um coronel.

Desse modo, nossa hipótese, embasada na própria narrativa do periódico, é que essa grande manifestação de “dotôres” via no operariado uma classe que devia estar presente (se

⁵⁵ Folha de Nanuque. Op. cit., p. 1.

⁵⁶ Idem.

é que não fora coagida a estar por seus patrões) não apenas para suprir os amplos aplausos e ovações de que tanto careciam seus organizadores, mas também para que se sentissem ameaçados, no sentido de enxergar na criação da Liga o fim de suas possibilidades reivindicativas, visto que no contexto essas ações da classe trabalhadora eram vistas pelas abastadas castas conservadoras enquanto parte das deletérias ações comunistas e subversivas e, por esse motivo, deveriam, assim como os movimentos de luta pela terra e a Reforma Agrária, ser dizimados, nem que fosse na “base da bala”.

A 20 de abril, na mesma sessão em que se requere a realização da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade e a Missa de Ação de Graças pela vitória dos “homens de bem”, solicita-se no requerimento 38, apresentado pelo vereador Severino dos Santos, a transcrição em ata de uma entrevista concedida pelo prefeito Miguel Antonio Viana ao Jornal Folha de Nanuque, enunciada a partir da seguinte manchete: “Prefeito Miguel Viana de Oliveira disse que vai processar o primeiro que apontar Ubirajara como comunista”. O requerimento causou certo *frisson* no âmbito da Câmara. Ubirajara Brito, citado como sobrinho e assessor do prefeito, é também apontado enquanto um elemento subversivo e comunista foragido, sendo compreendido por nós enquanto uma figura enigmática do cenário político em tela⁵⁷.

Seguindo-se a discussão entre os vereadores acerca das intenções do requerimento e discutindo-se a situação do prefeito Miguel Viana e de seu assessor-sobrinho Ubirajara, o vereador Milton Sebastião Pacheco discorre:

Longe de mim a intenção de defender nesta Casa ou fora dela aqueles que se encontram foragidos, estes merecem tudo que a lei tem contra eles, porque só corre aquele que deve. Daí porque deixo aqui as minhas repulsas aos maus brasileiros. Jamais devia eu ou outro qualquer cidadão ser conivente ou defender estes maus elementos que sentem nos ombros o peso da culpa. Se assim não fosse, estariam eles vivendo no nosso meio, junto aos seus familiares. Mas, Sr. Vereador, defendo até então o Sr. Prefeito, que ao meu ver nada teme porque está no seu posto de honra como Prefeito, cidadão e pai de família.⁵⁸

⁵⁷ Para nós, a figura de Ubirajara Brito carece de mais atenção no âmbito historiográfico. Apontado enquanto ex-ministro interino do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia do governo Tancredo-Sarney em 1988, Ubirajara Brito é citado em diversos sites e blogs, onde é possível observar as narrativas em que “Bira Brito” aparece enquanto uma importante figura no cenário político nacional, com menções a sua participação no Encontro Internacional da Juventude Comunista, em Moscou, no ano de 1958, e como professor de Geografia Nuclear da Faculdade de Ciências de Orsay da Universidade de Paris, onde, de acordo com as narrativas da blogosfera, Ubirajara refugiou-se durante a Ditadura Militar. Ver: NUNES NETO, José. **O incrível Ubirajara Brito**. Blog do Anderson. 14 de out. de 2010. Política Conquistense. Disponível em: <<https://www.blogdoanderson.com/2010/10/14/o-incrive-l-ubirajara-brito/>>. Acesso em: 02 out. 2021.

⁵⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Oitava Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de abril de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

As principais questões apresentadas durante as discussões dos vereadores acerca da temática fazem referência à moral do prefeito Miguel Viana, entrelaçando questões de sua vida privada a aspectos de sua vida pública. Na ata, fica claro que houve discussões outras que não foram incluídas no documento, como acreditamos ter acontecido também em outras sessões.

A partir da transcrição da entrevista dada ao quinzenário Folha de Nanuque, a qual de fato fora anexada a Ata da Oitava Sessão da Câmara Municipal devido à unanimidade na aprovação do requerimento, diversas questões acerca das dinâmicas políticas locais irrompem de maneira fervorosa, trazendo multifacetados questionamentos. Cita-se, por exemplo, a criação da Liga Anticomunista de Nanuque, a questão da Reforma Agrária e a suposta atuação comunista no âmbito da Câmara.

Primeiramente, tem-se na manchete o ponto inicial da entrevista, em que, ao que consta na ata, o prefeito deixa acentuado ao periódico que “processaria o primeiro que apontar seu assessor Ubirajara Brito como comunista caso a acusação não tenha autenticidade”. Perguntado acerca do posicionamento político de seu assessor, Miguel Viana aponta:

Não creio, [argumentou] que meu sobrinho seja realmente comunista. Eu o vi nascer, crescer e tenho acompanhado seus passos até agora. Portanto a minha atitude diante daquele que o taxar de semelhante coisa, é exigir-lhe provas. Caso contrário, vou meter uma queixa crime contra o autor da acusação.⁵⁹

Ao longo da entrevista, torna-se claro o desconforto do prefeito em responder às questões de seu entrevistador, que se mostra bastante efusivo e astucioso, numa aparente tentativa de conseguir arrancar comentários comprometedores do prefeito. A partir de uma leitura mais detida do Jornal Folha de Nanuque, a fins de compreensão da atmosfera política da cidade, percebemos que a astúcia do jornalista, redator-chefe e geralmente entrevistador e escritor das colunas políticas, Sebastião Lôbo, não é ocasional. Mais adiante, perguntado acerca da criação da Liga Anticomunista de Nanuque, o prefeito afirma que a apoia, porém acrescenta: “Não creio na sua persistência, desde quando não vejo necessidade para isto.” De acordo com Miguel Viana, “é de opinião pública que em Nanuque não há comunistas”, e pergunta: “Porque só a U.D.N. tem comunistas?”.

Outras questões acerca da atuação da Liga Anticomunista de Nanuque surgem e o

⁵⁹ Idem.

entrevistador questiona o prefeito acerca do chamado “líder” da Liga, Dr. Mamede Batista Miranda⁶⁰, ao passo que Miguel Viana responde: “Estranhei a maneira como ele se portou perante a reunião de fazendeiros aqui ocorrida no dia [ilegível] deste mês.”, De acordo com o prefeito, “Antes de tudo, esta reunião foi ilegal e Dr. Machadinho fez questão somente em fazer acusações à administração na pessoa de meu assessor Ubirajara”. Seguindo-se a entrevista, o prefeito toca em um dos principais assuntos pautados pelos fazendeiros, a Reforma Agrária:

Que tem a administração a ver com Reforma Agrária? [...] Soube que ele pediu a várias pessoas que não pagassem os seus impostos. É pior porque aos que não quiseram pagar só tenho uma coisa a fazer, cobrar judicialmente, embora não haja necessidade, pois todos estão pagando direitinho. Se houver invasões por aí serei o primeiro a apanhar a polícia e expulsar os invasores⁶¹.

As demandas da alçada dos interesses da classe latifundiária se acirram em torno da atuação do aparato municipal em relação às possibilidades da Reforma em Nanuque. É possível vislumbrar que paira no ar uma suposta suscetibilidade da atuação do prefeito no que se refere a questões voltadas para uma comunização do mecanismo municipal, a qual o chefe do executivo se desvia prontamente e afirma uma espécie de comprometimento com os fazendeiros locais acerca das “invasões” temidas pelos latifundiários.

Em afinado acordo com as subentendidas suspeitas acerca de suposta “bolchevização” da Prefeitura, é requerido que o prefeito fornecesse à Câmara documentação que provasse “quanto foi pago ao funcionário Ubirajara Brito por seus serviços técnicos prestados ao município e seu ordenado, operante nos anos de 1963 e 1964” e, ainda em sinergia com o quase silencioso acordo em torno da questão, o vereador Amilcar Peres Veiga requiere, em ata do dia 20 de maio⁶², que fossem apresentadas cópias das folhas de pagamento de todos os trabalhadores da Prefeitura, desde março do ano anterior. Em nossa análise, fica claro o movimento de suspeita acerca do processo “comunizante” da

⁶⁰ Procurando informações acerca da atuação política de Mamede Batista de Miranda, avistamos no Wikipedia uma página dedicada a seu nome, apontando sua atuação enquanto “deputado estadual de Minas Gerais na 5ª legislatura (1963-1967) como suplente”. A referência citada constava na ala da Composição da Assembleia - 5ª Legislatura, do Site da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - acessado em 25 de julho de 2010. O acesso dado no período da pesquisa, no entanto, encontra-se inativo. MAMEDE BATISTA DE MIRANDA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mamede_Batista_de_Miranda&oldid=55023045>. Acesso em: 15 out. 2021.

⁶¹ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Oitava Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de abril de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

⁶² CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de maio de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

prefeitura e de deslegitimação do processo institucional ocorrido no âmbito dos gabinetes municipais.

Outra importante questão é levantada no que tange à operacionalização do discurso anticomunista e sua atuação na esfera das organizações de classe. No dia 27 de abril, próximo ao Dia do Trabalho (1º de maio) e justificada a partir do que representa a data, requere-se na Câmara e é aprovado por unanimidade que fosse enviada uma nota de congratulações à União Beneficente Operária de Nanuque, “pelo modo como vem se conduzindo em nossa cidade, instruindo e democratizando o nosso Operariado”⁶³.

Nesse sentido, entendia-se que a organização de classe oferecia às demais organizações de trabalhadores da sociedade nanuquense um importante exemplo a ser seguido. Nos dizeres do requerimento, “A União Beneficente Operária de Nanuque foi a primeira Organização de Classe de nossa cidade, se não do estado de Minas, a repudiar o regime vermelho, expurgando de seu meio elementos que desejavam deturpar seus fins, por isso merece nosso apoio incondicional.”⁶⁴ A discussão demonstra de forma muito clara como as denúncias, acusações e perseguições políticas ocorriam também fora do âmbito legislativo.

Na mesma toada, para além do âmbito legislativo, mas tratado também dentro dele⁶⁵, ocorre o caso do professor Caetano Abreu Leite. Através de matéria no Jornal Folha de Nanuque levantou-se a suspeita de que o professor havia sido exonerado de seu cargo municipal a despeito de “traições” na esfera política, devido ao fato de a sua exoneração ter sido publicada próximo ao dia da “Revolução Vitoriosa” e o posicionamento do professor, não favorável ao golpe, se fazer de conhecimento público devido a sua atuação social e na esfera educativa da cidade. Nesse sentido, pede-se que seja transcrito em ata boletim escrito e distribuído aos nanuquenses em 25 de abril de 1964 pelo próprio professor, que teve que se explicar publicamente acerca de seu pedido de exoneração dos serviços no município.

Inicia-se na Câmara após o pedido do requerimento, feito pelo vereador Manoel Messias Reis, uma calorosa discussão acerca dos motivos do professor ter sido exonerado. O termo “pressão política” aparece algumas vezes, com os vereadores se posicionando de

⁶³ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Nona Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 27 de abril de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Décima Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 4 de maio de 10. **Livro de Atas 007**. s/n.

forma heterogênea: o vereador Péricles Gonçalves, por exemplo, defendia que a motivação se originava a partir da “pressão sofrida” pelo professor Caetano Abreu, e outros, como Wilson Marinho da Rocha, afirmavam veementemente que “o motivo da demissão do professor não se tratava de caso político”. Ressaltamos aqui o boletim escrito pelo professor e as falas de alguns vereadores, em que podem ser encontrados importantes aspectos a serem apreciados e brevemente discutidos. Segue:

Ao povo de Nanuque,
Por lamentável equívoco e imperdoável leviandade e ingenuidade do redator do quinzenário “Folha de Nanuque”, foi publicada em primeira página, edição de 24/04, em nota que me diz respeito e que pela nódoa lançada a meu caráter, merece e exige uma pronta retificação [...] quero relembrar aqui para os leitores do citado jornal o fato de que na entrevista publicada o Senhor Prefeito afirma que fora traído pelos seus companheiros nas horas mais difíceis de seu governo, e mais adiante o jornalista acrescenta: “Em consequência de fatos que o Prefeito Miguel Viana de Oliveira se esquivou em falar à nossa reportagem, estes foram os funcionários exonerados da prefeitura...” E aí vem uma lista de funcionários municipais, encabeçada pelo meu próprio nome.⁶⁶

Uma vez que pensamos a imprensa enquanto um importante meio de disputa política e de criação de narrativas que servem também a fins políticos⁶⁷, é possível observar na fala do professor Caetano, acusado de traição política, e, mais a frente, de subversão por seu posicionamento não-condizente com o governo militar recém-instaurado, a já referida “astúcia” do redator do quinzenário Folha de Nanuque, Sebastião Lôbo.

Em diversos momentos, nota-se no próprio projeto editorial do jornal um compromisso com pautas conservadoras principalmente no que se refere a defender e exaltar o governo militar, repudiar medidas políticas tomadas por Cuba, China e pela URSS, divulgar ações de cunho anticomunista e a criação das Ligas na região, bem como “armar” certas “tramoias” no que tange à disputa política em pauta no próprio âmbito local, de modo que se cria uma atmosfera de dicotomia na esfera política, ressoante também no espaço legislativo da Câmara. Também é importante citar que, tendo a Liga Anticomunista de Nanuque sido criada, uma sessão homônima para tratar e divulgar especificamente a sua atuação fora prontamente parida pelo quinzenário. Segue outro excerto do boletim:

Não creio que o senhor redator tenha tido o propósito de confundir o meu ato de exoneração com o de outros funcionários, mas como isto se parece perfeitamente idêntico naquela reportagem publicada, venho de público esclarecer. A minha exoneração se deu a 15 de fevereiro, mediante

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Op. cit.

requerimento que enderecei ao Senhor Prefeito, cêrca de um mês e meio antes da revolução, quando eu gozava de toda confiança do chefe do executivo local e a situação do então governo federal e dos seus asseclas parecia nos incautos mais sólida e segura do que nunca. Fui portanto exonerado a pedido meu e para deixar claro vou aqui transcrever o ato emanado do governo municipal a propósito.⁶⁸

A necessidade vista pelo professor Caetano Abreu de expor sua situação dessa forma nos causa curiosidade, ao passo que, refletindo acerca do contexto vivido e da dura repressão nas dinâmicas políticas num imediato pós-golpe, caracterizado pelos ânimos acirrados, torna-se perceptível e justificada a apreensão do professor. Com o medo vermelho já instaurado na região e as tramas políticas intensificando-se dentro e fora dos âmbitos institucionais, as questões da vida pública se entremeiam de maneira cada vez mais atemorizadora em meio às questões da vida privada.

Muito se pode apreender através do discurso do professor acerca de como se percebia a situação do governo João Goulart, ao menos no que diz respeito às intenções discursivas de seu boletim. Caetano de Abreu afirma que no momento em que ele pede exoneração de seu cargo, o Governo Federal passava por um momento de estabilidade. Pensando nas diferentes formas de diálogo com os trabalhadores, especialmente após o comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, fazia-se possível pensar que não se via, naquele momento, o risco da deflagração de um golpe. Pensando seu boletim enquanto instrumento narrativo, e atentando-nos ao fato de sua exoneração ter-se dado no dia 15 de fevereiro e sua exposição pública pelo jornal Folha de Nanuque no dia 24 de abril, sua abordagem discursiva se efetiva de maneira coesa no mês de maio.

O professor transcreve o ato de exoneração do cargo de Diretor da Educação, Saúde e Assistência Social do Município e acrescenta:

Ainda tenho a informar-lhes que trabalhei no serviço municipal até o dia 17 de Fevereiro, no dia em que se fundou a Liga Anti Comunista de Nanuque, quando por minha vez também pude divisar o rumo diferente que as coisas estavam tomando entre nós, exigindo o meu afastamento do cargo por não compactuar com tais normas. Tenho ainda em meu poder uma carta pessoal do senhor Prefeito, datada também do dia 15 de Fevereiro, elogiando e agradecendo a minha humilde colaboração no seu primeiro ano de governo. Pelo equívoco avido, não tenho a culpar qualquer pessoa, se não a superficialidade da imprensa doméstica. Sinceramente grato. Nanuque, 25 de Abril de 1964. Caetano Abreu Leite.⁶⁹

⁶⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Décima Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 4 de maio de 10. **Livro de Atas 007.** s/n.

⁶⁹ Idem.

Citando a fundação da Liga Anticomunista de Nanuque e expondo seu desconforto quando pôde, por sua vez “divisar o rumo diferente que as coisas estavam tomando”, Caetano Abreu evidencia a radicalização do discurso do medo vermelho na cidade. Pensando a respeito de seu cargo e sua relação com as questões sociais, no momento de acirramento político observado na esfera regional, é possível que professor Caetano tenha vislumbrado em sua saída da prefeitura uma “escapatória” do destino que outros agentes sociais da cidade vinham tendo, como a investigação pelos órgãos de segurança e inteligência – ou até mesmo pela própria Polícia Militar da cidade – a cassação de direitos políticos e outras muitas consequências que um posicionamento não radicalizado na legitimação do golpe poderia culminar. Ao culpar a “superficialidade da imprensa doméstica”, Caetano de Abreu critica de maneira clara o jornal Folha de Nanuque e, nos pormenores de seu discurso, os limites de uma mídia “domesticada”.

Ainda tratando a respeito da situação do professor, porém aproveitando-se do momento para discorrer acerca da chamada “Revolução” numa atmosfera quase romanesca, o udenista Wilson Marinho pede a palavra e por meio de uma longa fala, o orador

[...] trouxe à baila o significado de uma revolução pacífica como a recém finda, dizendo que: ‘revolução significa, em última análise, união das forças vivas e bem intencionadas, de braços dados com problemas magnos para suas soluções, também em termos pacíficos, [...] quando ao mesmo tempo cabe à revolução no uso claro de paralisar, fazer o expurgo, dos comprometidos e do ódio; dando testemunho à revolução no sentido pleno de corrigir os erros do passado, com a lição mais democrática que se possa imaginar, aproveitando a quem se pode aproveitar, e colocando no ostracismo os aproveitadores conscientes de uma situação de fato.’⁷⁰

A fala do vereador Wilson Marinho, de certa forma, nos instiga. Trazendo à baila um discurso universalista, o vereador trata também de questões profundas e enraizadas ainda hoje em nossa sociedade, ao pensar não somente o contexto do golpe em 1964, mas também o momento vivido atualmente, em meio à crise política atual. Por meio de “termos pacíficos”, a “revolução” também “expurga”. Através da “lição mais democrática que se possa imaginar”, a “revolução”, apoiada em critérios ensimesmados – visto que ela própria decide os limites das “forças vivas e intencionadas” e das “forças da baderna e do ódio” – também tira direitos e intimida professores. Nesse sentido, é interessante pensar em como em maio de 1964, com muito do aparato institucional mobilizado em prol das violências

⁷⁰ Idem.

políticas (e não só) que se vivia, ainda se vislumbrava, ao menos publicamente, um movimento pacífico.

2.3. Inimigos internos e a traição da *terra mater*: a guerra total em ação

Neste item do capítulo, abordaremos outras questões que se manifestaram também de forma bastante concreta acerca do expurgo e perseguição política dos elementos tidos como subversivos dentro do âmbito legislativo nanuquense, em especial sobre os espaços que já viemos tratando durante o presente trabalho, ou seja, a própria Câmara Municipal e a Prefeitura Municipal de Nanuque. De maneira geral, o que se observa a partir desse momento (em meados do mês de maio) é uma esclerótica legitimação do processo “revolucionário”, que radicalizou de modo palpável seu discurso anticomunista e suas práticas repressivas.

No dia 05 de maio, um pouco do que chamamos de “radicalização das práticas repressivas” se materializa a partir de uma ata datilografada⁷¹ de modo obscuro – diferente das demais, que eram escritas à punho – e definida como “Ata da Primeira Sessão Secreta da Câmara”⁷². O assunto a ser pautado na reunião levanta curiosidade por diversas questões. A primeira delas é que de acordo com o documento, a reunião havia sido chamada para tratar da

Situação do vice-prefeito Antonio Pereira dos Santos, do Presidente da Câmara Nicodemus Araújo e suplente de vereador pelo MTR Josmã Bastos, implicados ou comprometidos com a situação brasileira, no que se diz respeito à Revolução recém finda⁷³.

A segunda questão, que para nós se demonstra até mais intrigante é a forma como a reunião é conduzida e o silêncio dos vereadores, que precede o encerramento da sessão:

Às 08:10hs o presidente em exercício, Dion de F. Ruas, usando da forma regimental, depois de especificar o motivo da presente sessão, proferiu as seguintes palavras por três vezes; está com a palavra os senhores vereadores, está com a palavra os senhores vereadores, está com a palavra os senhores vereadores; nenhum vereador querendo usar da palavra, o senhor presidente visivelmente irritado declara encerrada a sessão, sem que o assunto em pauta fosse tratado ou discutido.⁷⁴

A partir do silêncio, algumas barulhentas questões urgem: por qual motivo nenhum

⁷¹ ANEXO 6

⁷² CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Primeira Sessão Secreta da Câmara. 05 de maio. **Livro de Atas 007**. s/n.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

vereador se posiciona na reunião, de caráter secreto? Por que a ata da reunião secreta é a única datilografada em todo o Livro de Atas 007, que soma mais de 400 páginas? É possível levantar algumas reflexões, que se embasam na observação das relações políticas naquele contexto. Apesar de já presente e bastante ressonante, o coro acerca da necessidade do expurgo dos elementos tidos como subversivos estava nesse momento passando por um processo de radicalização no seio das instituições através da disseminação dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional.

Outras hipóteses também são possíveis: se, por um lado, os presentes na reunião, sendo vereadores unidos e filiados a partidos tidos como conservadores parecem tomar posicionamentos contraditórios a partir de seu silêncio, por outro, existe também a hipótese de que a reunião tenha acontecido permeada por discussões outras e o silêncio tenha sido registrado visando a segurança dos presentes, visto que o golpe tinha acabado de ser deflagrado e o momento era de incertezas no jogo político. É preciso apontar que todas as hipóteses são baseadas também no fato de a ata ter sido datilografada, e, por esse motivo, não ser possível identificar seu redator.

Em uma sessão posterior⁷⁵, o vereador Amilcar Peres Veiga critica a presidência da Câmara por ocasião da Sessão Secreta, apontando o motivo de sua crítica ser a suspensão da referida sessão sem justificativas por parte da presidência. O vereador também se posicionou a respeito de Ubirajara Brito, Nicodemos Araújo, Antonio dos Santos, Josman Bastos e Adonel Almeida Silva, apontando-os enquanto “elementos implicados na subversão comunista e que como tal, deveriam merecer as penalidades da lei.” A respeito do prefeito Miguel Viana, o vereador Amilcar Peres

considera ter o mesmo contribuído acidental ou deliberadamente para a subversão comunista entre nós pelo fato de haver acobertado em cargos da administração municipal diversos elementos contra os quais existem provas de suas participações na subversão comunista.⁷⁶

O vereador Nicodemos Araújo, já fora da cidade e nesse momento situado no estado do Ceará, envia uma carta à Câmara na qual afirma que não deseja exercer mais a presidência do Legislativo⁷⁷. De acordo com o vereador, as razões que o levaram a tomar a decisão, “de caráter irrevogável”, são diversas. Ele as evidencia, trazendo questões importantes no que

⁷⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 21 de maio de 1964. Livro de Atas 007. s/n.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de maio de 1964. Livro de atas 007. s/n.

tange à compreensão da atmosfera política da cidade e os processos repressivos, que passavam por um ostensivo contexto de radicalização:

- A) Por motivos políticos meramente locais passei a sofrer ameaças por telefone e cartas anônimas, de prisões, espancamentos e morte;
- B) Apontado por políticos locais como comunista fazendo-se incluir meu nome em uma lista do Dops como tal;
- C) Fiquei tomado de profunda decepção ao saber que meu nome foi fornecido ao Dops por elementos pelos quais dei todos meus esforços na campanha eleitoral;
- D) Não me sentiria bem em presidir um Legislativo humilhado e sem autoridade pelo menos para defender a alguém dos seus membros injustamente perseguidos;
- E) Constrange-me como democrata verificar que o nosso país vive os dias mais tristes de sua história, com as prisões cheias, ao ponto de tornar-se necessário requisitar-se grandes navios, enquanto as ilhas brasileiras não mais têm espaço para abrigar presos políticos;⁷⁸

Nicodemos Araújo narra em sua carta que os motivos de sua denúncia ao DOPS se davam por meio das dinâmicas dos embates políticos locais e próprios da cidade. O vereador aponta seu posicionamento, claramente contrastante às diretrizes do golpe, o que, por si só, já legitimava no antro dos apoiadores políticos da “revolução”, a repressão sofrida por Nicodemos, a reforçar-se: ameaças de morte, espancamento, prisão e sua denúncia ao DOPS. Analisando o projeto político da DSN e sua relação com as diferentes formas de repressão, de acordo com Borges

para que a Doutrina possa impor seu projeto político é fundamental que se apele para a guerra psicológica. Trata-se de aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos e, de outra parte, de assegurar a não-oposição ativa contra o projeto político da Doutrina.⁷⁹

O vereador também narra a grande repressão acometida aos presos políticos, os quais, segundo ele, são muitos. A carta segue, trazendo mais aspectos de seu posicionamento e de como ele próprio percebe o contexto:

F) Os mandatários do povo tiveram os seus mandatos cassados em todo o país, sem o menor respeito à Constituição e à vontade do povo, enquanto membros do Congresso continuam ameaçados, vítimas de um processo de coação sem precedentes em nossa história. Reafirmo que nunca fui comunista, a cujo regime repudio pelas mesmas razões a que faço aos regimes de direita. Cerceamento das liberdades públicas. Não acredito naqueles que a pretexto de defender a democracia, metem legiões na cadeia, censuram a imprensa, fecham sindicatos, cassam mandatos populares e direitos políticos de homens que lideram a grande maioria do povo brasileiro. As minorias privilegiadas, sempre repudiadas pelo voto

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ BORGES, Nilson. Op. cit., p. 28

popular estão agora no poder a troco dos expedientes mais torpes usados contra a democracia, com objetivo de implantarem no país, um regime que gradativamente vai se tornando cada vez mais totalitário. Senhor Presidente: que Deus e a Virgem da Conceição se apiedem do povo brasileiro. Que a alma santa do venerado Padre Cícero abençoe a esse Legislativo, a Nanuque, terra que tanto amo; ao Brasil enfim. Nicodemos Araújo - Fortaleza - Ceará, 20 de Abril de 1964.”⁸⁰

É importante notar como Nicodemos Araújo compreende o momento em que o país estava vivendo. Se por um lado, alguns vereadores ignoravam o aspecto antidemocrático do golpe e reforçavam à plena luz das plenárias um discurso universalista que se manifestava a favor de uma falsa ideia de democracia, por outro, aqueles que sentiam na carne feito faca o peso de conceber posicionamentos ideológicos democráticos, concebem nos meandros da memória uma hoje respaldada interpretação do contexto histórico.

Por meio da fala do vereador, também fica evidente o reverberar no contexto local das dinâmicas políticas firmadas e estabelecidas na Doutrina de Segurança Nacional, visto que, nos moldes do novo sistema político deflagrado,

[...] a Doutrina converte o sistema social em sistema de guerra, ou seja, “o sistema social condicionado pelas perspectivas da violência, que contém diretamente ou indiretamente um grau real de repressão que serve de fundamento a estas perspectivas e que incorpora nos seus mitos e seu folclore uma cosmologia de guerra”⁸¹

No mesmo dia em que Nicodemos Araújo (sem partido) pede sua exoneração do cargo de vereador e então Presidente da Câmara Municipal, é requerida pelo vereador udenista Péricles Gonçalves Filho a leitura de documento denominado “Representação à Câmara Municipal de Nanuque”⁸². Na representação constava também a leitura do Ato Institucional promulgado no mês de abril, ou AI-1, como ficou conhecido após a posterior publicação de outros Atos.

O cumprimento do requerimento de número 60 inicia-se por meio da leitura de trechos do preâmbulo do AI-1. Tal preâmbulo tem como objetivo justificar o poderio autoatribuído pelos militares à sua chamada “Revolução Vitoriosa”. De acordo com Torres, “O Ato Institucional número 1 estabeleceu a primeira diretriz repressiva que legislativamente dava guarida ao golpe de 1964 e às atitudes autoritárias tomadas pelos

⁸⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de maio de 1964. **Livro de atas 007**. s/n.

⁸¹ BORGES, Nilson. Op. cit., p. 29.

⁸² CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de maio de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

militares após a deposição de João Goulart.”⁸³. Para além da autointitulada aptidão para uma necessária mudança do *status quo*, o preâmbulo reforçava também a ideia de que a “Revolução” se apresentava como um contragolpe, visto o perigo eminente da dominação comunista que pregava a inversão de valores morais e a contravenção da ordem pública.

Após a leitura do preâmbulo do AI-I, consta no documento a citação a algumas personalidades jurídico-administrativas e a suas narrativas favoráveis ao golpe:

Apreciando este Ato Institucional e a sua filosofia, assim se expressou Mac Dowell Leite de Castro, conceituado jurista: ‘Se os objetivos da Revolução não forem atingidos, ela não passará de uma aventura de capa e espada. Se nos prendermos aos formalismos jurídicos neste momento, estaríamos atados aos meandros e aos labirintos de uma legislação que não permitiria o saneamento necessário ao cumprimento das ideias da Revolução Vitoriosa. Atingidos esses objetivos, o Brasil ficará livre da subversão, do caos, com a ordem jurídica restaurada’.⁸⁴

É possível observar no discurso endossado uma estratégica e minuciosa deslegitimação dos aparatos legais e da Constituição, tidos neste momento enquanto meros “formalismos jurídicos” que poderiam vir a impedir a “salvação da Nação” do processo de “cubanização”, caso fossem levados à cabo. Também estão presentes evidentes posicionamentos de legitimação de uma narrativa política em que estava imbuída a perseguição a quaisquer opositores ao regime, classificados enquanto “elementos subversivos”, “comunistas” e “agitadores”, bem como questões que trazem à tona a ideia do inimigo interno-externo imbricado na máquina pública patrocinado por Moscou e Pequim:

O deputado Padre Vidigal, em pleno Congresso Nacional, exclamou, sem contestação: “Nesta Revolução morreram as esperanças que os comunistas tinham de cubanizar o Brasil. Será extremamente ridículo, para qualquer jurista que não esteja recebendo dinheiro de Moscou ou de Pequim, opor objeções às providências saneadoras, colocando-se ao lado do formalismo jurídico ou das filigranas das diversas e, às vezes, contraditórias interpretações da Constituição.”⁸⁵

Segue-se, após um estranho movimento de afirmação e negação acerca da validação dos textos constitucionais, um interessante trecho: “Os agitadores e subversivos não poderão ser tratados sob a proteção dos textos legais que eles próprios queriam destruir”.

⁸³ TORRES, Mateus. O primeiro Ato Institucional: Carlos Medeiros Silva e o STF no pós-Golpe de 1964. Passagens: **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, 489-505. 2016 p. 489. Disponível em: <<https://doi.org/10.15175/1984-2503-20168304>>.

⁸⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de maio de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

⁸⁵ Idem.

É possível perceber que, a partir de discursos muito bem estruturados, inverte-se a ordem das narrativas e, nesse momento, aponta-se os “subversivos” enquanto detratores dos textos legais. Faz-se também uma clara alusão à cassação dos direitos políticos desses “criminosos” acusados e a impraticabilidade de aplicar-se a eles os direitos políticos garantidos pela própria Constituição. Desse modo, são citadas no documento as dinâmicas políticas empreendidas em meio à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e de “numerosas câmaras municipais”, que, por “exclusiva iniciativa” visaram “eliminar de seus quadros” os elementos subversivos ali presentes, através da cassação de seus mandatos.

Eis que, se prisioneiro das normas jurídico Constitucional em vigor, o poder legislativo estadual não conseguirá o expurgo necessário. A cassação dos mandatos dos deputados mineiros que faziam o jogo do senhor João Goulart foi de iniciativa da própria Assembleia, e não de qualquer outro poder.⁸⁶

Sob a inspiração das cassações no âmbito do espaço legislativo estadual, e alegando ainda uma constatação de que várias câmaras municipais em Minas Gerais estavam “eliminando de seus quadros todos aqueles que, de maneiras ostensivas ou solerte ou subterrânea, estavam a serviço do brizolismo, do janguismo, do comunismo”, os vereadores da Câmara Municipal de Nanuque, por votação unânime, “representam no sentido da cassação imediata dos mandatos dos vereadores [...] e requerem esta cassação em regime de urgência”. Em consoante compromisso com o dever anticomunista, as justificativas para o pedido de cassação dos mandatos do vereador Nicodemos Araújo, dos suplentes Josman Bastos Santos e Adonel Almeida Silva, bem como do vice-prefeito Antonio Santos são então elencadas, trazendo importantes aspectos no que se refere ao reforço da narrativa do medo vermelho:

A) Os edis em causa, eleitos com amparo de legendas partidárias legais, delas se valeram para o acesso a um dos poderes constitucionais, buscando imunidades através das quais passaram a ação subversiva doutrinária, aliciadora, visando a derrocada de nosso regime democrático.

B) Esta ação deletéria é do conhecimento público. E uma das suas variadas maneiras de agir consistia na execução da guerra psicológica, mediante a infiltração no seio das classes produtoras e do operariado, verdadeiros lobos vestidos de mansos cordeiros, manipulando a intriga, a mentira, visando a divisão das forças democráticas. Insolentes, provocadores, graças a cobertura dos inocentes úteis, estão agora depois da vitória da Revolução empenhados em se apresentarem à opinião pública como

⁸⁶ Idem.

vítimas, como inocentes, como perseguidos, despertando a compaixão do povo.⁸⁷

A partir de um discurso que visava a delação dos colegas do legislativo, apontam-se diversas acusações no sentido de apresentar os imputados enquanto verdadeiros aproveitadores infiltrados não só nos sistemas institucionais da Câmara e da Prefeitura como também na esfera do operariado nanuquense a fim de gozar de benefícios diplomáticos para alcançarem nefastos objetivos, visando à perversão do sistema político. Faz-se importante enfatizar também que, no documento, atribui-se aos cassados o caráter de “falsas vítimas”, ao exporem sua situação de perseguidos políticos à sociedade nanuquense, o que, de acordo com o próprio pedido de cassação, gerou certa comoção em meio a alguns setores sociais.

Observando-se o tom do requerimento, evidencia-se a ideia de que o inimigo interno-externo passa a ser visto em todas as esferas da vida pública e privada. Nessa perspectiva, o conceito de “guerra total” se mostra um importante instrumento para a compreensão do contexto e de seus desdobramentos, sendo proveitosa a sua utilização para uma reflexão não apenas do quadro tido como “nacional” mas também dos processos “regionais”. Dando vazão à sua “totalidade”, o conceito de “guerra total” exclui todo e qualquer tipo de neutralidade nos processos políticos⁸⁸.

Uma vez que se enxergava na aproximação dos vereadores com as causas ditas “vermelhas” e na própria cultura política da esquerda e dos movimentos de classe – em especial de trabalhadores, como a União Beneficente Operária de Nanuque, e nos Movimentos de Luta pela Terra, que nesse momento se articulavam de forma efetiva na região – uma ameaça ao sistema democrático e à propriedade privada, acreditava-se que “Havia portanto, um risco onipresente, um perigo que estava em toda parte, na ameaça à segurança, ao desenvolvimento, à ordem e ao progresso, mas também ao cristianismo, à moral, aos bons costumes e às bases da civilização cristã ocidental”⁸⁹.

A leitura dos trechos citados e suas posteriores justificativas, demonstra como o discurso da legitimação do golpe e do medo vermelho estava sendo articulado de maneira efetiva nos meandros da vida pública nanuquense. Para além de uma legitimação no campo das narrativas do golpe civil-militar e do discurso anticomunista, evidencia-se a plena

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ FAGUNDES. Ailton Laurentino. Op. cit., p. 67.

⁸⁹ Idem.

perseguição a indivíduos não compactuantes com o regime, mesmo que estes não se denominassem como pertencentes ou mesmo alinhados aos movimentos ditos esquerdistas.

Por meio de representação apresentada pelo vereador Péricles Gonçalves Filho, a discussão em torno das acusações traçam em uníssono tom a urgência em se extinguir da vida pública os elementos subversivos, apresentando-se as medida tomadas enquanto muito bem acertadas, levando-se em consideração o “momento em que se procura consolidar a Revolução Vitoriosa, eliminando focos de subversão da ordem democrática”.⁹⁰

Nesse sentido, o vereador Wilson Marinho da Rocha requer que seja constituída em caráter de urgência uma comissão constituída de três vereadores, que teriam a missão de investigar e averiguar “se os cidadãos em tela estavam ou não a serviço da política antidemocrática do governo a pouco deposto, aliciando adeptos, implantando ideologias contrárias ao sentimento cristão do povo brasileiro.” A chamada Comissão de Averiguação seria dirigida pelo Presidente da Sessão da Câmara Municipal, e deveria expor publicamente todas as deletérias acusações e conferir aos denunciados o prazo total de 24 horas para apresentarem “direito de defesa”, a contar do momento de aprovação das conclusões trazidas pelas denúncias, analisadas pelos vereadores da comissão com a ajuda da Polícia Militar de Nanuque.

O presidente em exercício, ao estabelecer a Comissão de Averiguação que investigaria a situação dos acusados, constitui a referida comissão com os nomes dos vereadores Péricles Gonçalves Filho, Amilcar Peres Veiga e Nelson Barbosa Coelho, concedendo-lhes prazo de 24 horas para apresentação do resultado a ser apurado e votado em sessão pública da Câmara.

Movimentos interessantes são passíveis de serem observados nesse momento. O vereador Péricles Gonçalves esquiva-se de participar da Comissão Averiguadora apelando para o fato de ter sido ele o autor da representação em pauta. O vereador Amilcar Peres Veiga, por sua vez, também solicita dispensa da responsabilidade. Nelson Barbosa Coelho, por seu turno, também. Os dois últimos justificam-se “em virtude de seus afazeres profissionais e ainda mais, por ser o prazo curto para apresentação das pesquisas”.

Faz-se aqui notável uma escabreada esquiva da responsabilidade de averiguar a subversão dos colegas de legislação, o que levanta curiosidade, pois as acusações haviam

⁹⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de maio de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

sido feitas de maneira bastante enérgica. Levantamos, dessa forma, a hipótese de que o compromisso com a narrativa, ao menos nesse momento, fez-se mais presente do que o próprio anseio de a exercer, visto tamanho comprometimento com o futuro não apenas político, mas também social e pessoal dos acusados de subversão.

Tendo sido o requerimento aprovado por unanimidade, sem que as discussões acerca de sua votação estivessem presentes na ata da sessão, a configuração original da Comissão Averiguadora se mantém.

A Comissão Averiguadora, formada pelos vereadores Péricles Gonçalves, Nelson Coelho e Amilcar Peres Veiga, apresenta⁹¹ o parecer da investigação acerca das suas conclusões em torno da veracidade ou procedência das acusações contra o vice-prefeito Antonio Pereira Santos, o vereador Nicodemos Araújo e os suplentes de vereadores Josman Bastos Santos e Adonil Almeida Silva, contidas na representação abordada na sessão anterior.

De acordo com o parecer da Comissão, todos os indiciados haviam infringido a Lei Nº 1.802, que, de acordo com definição do Planalto, “Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências.”⁹² Para os membros da comissão, os chamados infratores infringiram a lei nos seguintes artigos:

Artigo 2º; item IV – Tentar subverter por meios violentos a ordem política e social com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupos ou de indivíduos.

Artigo 7º - Concentrarem-se ou associarem-se mais de três pessoas para a prática de qualquer dos crimes definidos nos artigos de 1 a 6 desta Lei.

Artigo 12º - Incitar diretamente e de ânimo deliberado às classe sociais à luta pela violência.

Artigo 15º - Incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos políticos, sociais ou religiosos.

Artigo 17º - Instigar, publicamente, desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública.⁹³

Embasados no discurso da Segurança Nacional e na referida lei, dessa forma, os pareceristas concluíram que os indiciados mencionados “estiveram contra o regime democrático, seguindo o enredo comunista sob orientação do senhor Leonel Brizola.” E

⁹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 21 de Maio de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

⁹² **Presidência** da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei** nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: < [L'1802](#)>

⁹³ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 21 de Maio de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

finalizam: “Seus mandatos devem ser cassados”.

Tendo sido a sessão aparentemente longa, apesar de não estarem presentes na ata as tais discussões que tanto tomaram o tempo dos vereadores, posterga-se a votação final acerca do parecer da Comissão para a próxima sessão extraordinária, ocorrida no dia seguinte, a 22 de maio.

As discussões acerca do Parecer de Averiguação, como poderá ser observado mais a frente, são permeadas pelos autoelogios saídos dos mais estrambóticos bueiros fundamentalistas que se possa imaginar. Em um breve resumo, a atuação dos legisladores em conjunto com as autoridades locais se compreendem no recinto enquanto a mais solene quintessência do dever democrático que o cidadão de bem nanuquense poderia expressar.

Iniciemos com o vereador João Barbosa de Oliveira, que orgulhosamente solicita a palavra logo que se inicia a sessão:

Como brasileiro, como representante do povo, não poderia deixar de me manifestar favorável à cassação de mandatos das pessoas ora arroladas nesse requerimento que tramita nesta Câmara.

Acredito de maneira irrestrita na Comissão de Averiguação, pois é composta de elementos de conduta moral que merecem nossa inteira confiança. E a Câmara ao fazer isso está cumprindo o seu dever, assim teremos cumprido o nosso dever, estaremos dando a nossa parcela de contribuição à Nanuque e ao Brasil e se assim não praticarmos, amanhã estarão fazendo reuniões às escondidas e zombando dos representantes do povo.⁹⁴

Pode-se perceber que, para além de uma elevada moral no que diz respeito ao dever dos representantes do povo, contribuindo com a cidade de Nanuque e com o Brasil, uma das preocupações do vereador João Barbosa se refere às “reuniões às escondidas” em que os ditos subversivos poderiam estar “zombando” dos legítimos representantes do povo. Uma interessante questão que se evidencia nesse delicado momento político é: por que apenas os golpistas são legítimos representantes do povo, uma vez que se cassa os mandatos de indivíduos eleitos também por meio dos votos do povo? A resposta parece fácil (ora, porque são golpistas!) mas a discussão é complexa. Não pretendemos em nosso trabalho responder a essa questão, mas é possível refletir acerca dela ao longo deste bloco.

O vereador Milton Pacheco, ao reforçar que vota favorável à cassação dos mandatos políticos dos já supracitados acusados, incumbe-se de uma cristalina bondade cristã e

⁹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Sexta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 22 de maio de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

proclama: “Nos resta agora, senhor Presidente, pedir a Deus para que os ajude a pensar de maneira diferente, e que sejam um dia útil à nossa Pátria.” No mesmo tom, que em nossa análise não conseguimos distinguir se cinismo ou se autêntico, o vereador se diz surpreendido com a renúncia do vereador Nicodemos, o mesmo que sofreu por meio da pressão política mediante seus posicionamentos não-condizentes com o golpe, ameaças de morte e espancamentos. Assim diz o vereador Pacheco acerca de tal matéria: “Surpreendeme a carta-renúncia do senhor Nicodemos, creiam que para mim foi tamanha a surpresa como para todos nós.”

Por meio de breve fala, o vereador Nelson Barbosa Coelho afirma que sempre foi contra a cassação de mandatos adquiridos por meio dos votos populares num regime democrático, porém

no caso daqui do nosso município, nós somos encarregados por uma comissão para investigar acerca dos elementos citados. Então as autoridades competentes nos forneceram dados que comprometem estes elementos, além da segurança. Portanto, eu sou a favor do projeto do vereador Péricles Gonçalves de cassação dos mandatos dos elementos citados, é o que tenho a dizer.⁹⁵

É interessante observar que, para o vereador Nelson Coelho, a ação se legitima a partir do momento em que “as autoridades competentes fornecem dados que comprometem esses elementos”. Infelizmente não tivemos acesso aos relatórios das autoridades que continham os dados que foram utilizados para comprovar a subversão dos acusados. Também nos é intrigante o fato de que ao longo do ano político na Câmara, vários documentos são anexados às atas como forma de embasar as discussões na plenária, mas em se tratando de quaisquer tipos de documentação, relatório ou boletim que desse conta de explicitar, ao menos minimamente, o caráter comunista e subversivo dos acusados, não há coisa alguma.

Analisando os lugares sociais representados nas narrativas dos vereadores, observamos que eles se tornam mais inteligíveis à medida que é possível relacionar e compreender as dinâmicas políticas empreendidas tanto em âmbito nacional quanto em âmbito regional no que se refere ao discurso do golpe. De um lado, os tais elementos subversivos, acusados de conspirar contra a Pátria-Mãe. Do outro, os salvadores da Nação

⁹⁵ Idem

que, imbuídos de seu dever para com a sociedade brasileira, visam expurgar as ameaças à ordem, ao progresso e à democracia.

Ao contrastarem-se ambos os sujeitos representados e descritos na fonte, pode-se evidenciar mais uma vez a narrativa legitimadora do regime: eles, o perigo; nós, a salvação. Lá, é onde se busca a derrocada da ordem e a insurreição de práticas perversas que atentam contra a moral e a propriedade privada. Aqui, é onde impedimos e eliminamos qualquer foco de perigo pelo bem da pátria amada e do progresso nacional.

Faz-se aqui relevante também a fala do vereador Péricles Gonçalves Filho, autor do requerimento e da representação que pede a cassação dos mandatos dos vereadores e vice-prefeito. De acordo com Péricles, ao apresentar o requerimento, “ não havia razões pessoais ou até mesmo a intenção de prejudicar os envolvidos no caso”. O vereador ainda afirma em sua fala que

Apenas cumpre o seu dever a que sua consciência dita e compreende [o feito] como seu dever de vereador, isto é, autêntico representante do povo. Tendo como objetivo unicamente, a paz e a segurança, não só da sociedade nanuquense, como também de Minas e do Brasil. E para alcançar este objetivo é preciso fazer expurgo nas diversas classes sociais.⁹⁶

E, obviamente, vota a favor da cassação dos mandatos. Pode-se afirmar, observando-se os limites teórico-metodológicos no que tange ao tratamento e à análise da fonte documental, que o emissor em questão busca a aprovação de seus pares – também inseridos nos mesmos processos e dinâmicas empreendidas em meio à vida política – e, ao apresentar tal requerimento, arma-se de um sólido distanciamento no que diz respeito às atividades supostamente subversivas e conspiratórias de que acusa os referidos colegas indiciados, garantindo assim, certa “imunidade” no que tange aos processos investigativos empreendidos pelos inquéritos da Polícia Política e pelo DOPS.

Nesse sentido, podemos observar nos discursos proferidos em meio à Câmara Municipal de Nanuque um perceptível maniqueísmo na tentativa de formação da opinião pública: busca-se através da narrativa sustentada pelo golpe e pela Doutrina de Segurança Nacional a dicotomização dos lugares e sujeitos sociais em meio à crise política. Através do distanciamento eles/nós, lá/aqui, constrói-se a atmosfera necessária à legitimação do discurso do regime. Enquanto houver perigo, necessita-se de salvação. Enquanto “eles” existirem, a sociedade brasileira continuará ameaçada.

⁹⁶ Idem.

Cabe assinalar ainda que os vereadores votam por unanimidade o envio ao Tribunal Eleitoral de um ofício acerca das conclusões da votação do Parecer e o vereador Laedy Ivetty Wylzret solicita também que fosse anexada e endereçada uma cópia do Parecer de Averiguação ao Departamento de Vigilância Social.

A partir da enérgica radicalização das dinâmicas políticas no seio da Câmara e com a cassação do mandato de Nicodemos, que ocupava o cargo de Presidente, o vereador Wilson Marinho da Rocha solicita por meio do requerimento de número 69⁹⁷ e em regime de urgência, sua renúncia do cargo da 1ª secretaria da Câmara. Para a surpresa de todos os presentes, o vereador Laedy Ivetty Wylzret pede também a sua exoneração do cargo da 2ª vice-presidência da Câmara.

O então presidente em exercício, Dion de Figueiredo Ruas, passa a presidência para o 2º vice-presidente, o vereador Laedy Ivetty, a fim de ler o requerimento de número 71, o qual solicita que seja votado também em regime de urgência a sua renúncia da vice-presidência da Câmara Municipal.

De acordo com a ata da Sétima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque, em sessão ocorrida a 3 de junho de 1964, o presidente em exercício, Dion de Figueiredo, “antes de passar a presidência ao vereador Milton Sebastião Pacheco, agradeceu a colaboração de todos os componentes da Casa”. Ao assumir a presidência da Câmara, Milton Pacheco declara que,

por força da cassação de mandato do ex-presidente Nicodemos Araújo, conseqüentemente vagou-se a presidência desta câmara a presente sessão foi convocada para eleição do cargo vago. Entretanto, surpreso com a renúncia do 1º vice-presidente, do 2º vice-presidente e do 1º secretário, achou por bem que se procedesse a eleição da Mesa Diretora no próximo dia 08 de Maio [Junho] de 1964.⁹⁸

A situação ocorrida na Câmara evidencia-se de maneira inusitada, visto que a sessão extraordinária havia sido convocada para eleição de um novo Presidente da Câmara, pelo fato de que Nicodemos Araújo teve seu mandato cassado. A dinâmica sucedida levanta curiosidade, porém se manifesta de forma explícita, levando em consideração os embates travados e a radicalização exposta, de modo que nenhum dos vereadores demonstra a disposição ou coragem necessárias para assumir o cargo devido a sua relevância e mais

⁹⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Sétima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 3 de junho de 1964. Livro de Atas 007. s/n.

⁹⁸ Idem.

imediatos destaques e visibilidades, tendo em vista a atmosfera enevoada que se apresentava, com elevados riscos de agravamento das disputas em torno da hegemonia política nanuquense.

Nesse sentido, ao chamamento de outra reunião extraordinária para tratar da Eleição da Mesa Diretora da Câmara, no dia 8 de junho⁹⁹, têm-se o seguinte resultado, o qual não poderia mais ser postergado devido a própria pressão interna da Câmara: Péricles Gonçalves Filho é eleito Presidente da Câmara, Amilcar Peres Veiga é eleito 1º Vice-Presidente e Dion de Figueiredo Ruas é eleito 2º Vice-Presidente.

2.4. Estranhas efemérides

Por ocasião do 1º aniversário da morte do ex-presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, são requeridos atos de solenidade e prestação de homenagens no âmbito da Câmara Municipal¹⁰⁰. Após sua elaboração, alguns dias depois é lido o discurso de homenagem à John F. Kennedy, escrito pelo vereador Wilson Marinho, o qual cita e elogia a capacidade do ex-presidente dos EUA de lidar e “exterminar os focos subversivos por um bem maior na sociedade americana do norte”, entendida como “mais evoluída do que a sociedade brasileira”. O vereador afirma também em seu discurso que à época, devido ao pulso firme do ex-presidente, a sociedade “americana do norte” não era mais “aquele caldeirão em ebulição atiçado pela luta de classes”.

É possível observar também a presença de uma narrativa que legitima a ideia de “fronteiras ideológicas”, surgida nos Estados Unidos e sustentada a partir das Doutrinas de Segurança Nacional. De acordo com Borges, o conceito pode ser entendido enquanto “um tipo de fronteira que não separa um Estado-Nação de outro Estado-Nação, mas uma parte do povo de outra parte do povo, no interior de cada Nação”. A necessidade de se criar uma atmosfera política de luta baseada no medo do comunismo trazia nos grupos conservadores da Câmara uma ideia de unidade em relação a outras nações, em especial aos Estados Unidos, que travava de forma exemplar sanguinolentas batalhas contra o inimigo comum de toda as terras abençoadas por Deus: o maldito comunismo.

⁹⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 8 de junho de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

¹⁰⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 12 de outubro de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

Em 1965, já nas atas-limite do período compreendido pelo livro de atas analisado, durante a 3ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nanuque¹⁰¹, a 22 de março, o vereador Milton Pacheco requer a instauração de data em dia festivo em comemoração à “Revolução Brasileira”. Para além desse curioso pedido, prontamente acatado por todos os presentes, requer-se também a celebração de uma “Missa de Ação de Graças à Vitória Brasileira”, a ser celebrada solenemente na mesma data. De acordo com o vereador, o pedido se justifica pois, esta é compreendida como a

data em que o Brasil se libertou do abismo que poderia estar hoje atirado. Mas graças aos homens democráticos e do bem que compõem as nossas forças armadas e a índole cristã do povo brasileiro tivemos o rumo que pretendemos. Resta-nos termos esperança no futuro deste País imenso que é nosso e que tem condições de ser realmente grande em todos os sentidos.

¹⁰²

Passado um ano desde o advento do golpe, o que percebemos diante dos requerimentos do vereador e da plena anuência da Câmara é o reforço do discurso golpista. A ladainha dos “homens democráticos e do bem”, além da “índole cristã do povo brasileiro” pode ser vastamente observada em outras reuniões do ano anterior, deixando muito claro que no ano de 1965, ao menos até o momento apresentado, os vereadores que não haviam sido cassados na Câmara Municipal de Nanuque, e em especial Milton Pacheco, um dos mais comprometidos com o discurso anticomunista no recinto, tinham e se comprometiam com a certeza de terem tomado corretas decisões no que tange ao golpe antidemocrático, servindo de exemplo para a compreensão de uma das muitas formas pelas quais se deu o seu apoio civil.

¹⁰¹ CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Terceira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 22 de março de 1965. **Livro de Atas 007**. s/n.

¹⁰² Idem.

Considerações finais

Buscando responder aos questionamentos iniciais da pesquisa, podemos afirmar que o discurso anticomunista esteve presente em diferentes âmbitos da vida política na cidade de Nanuque e na mesorregião do Vale do Mucuri. Por meio de expressões ora mais brandas, ora mais radicalizadas, as narrativas do medo vermelho manifestaram-se nas esferas legislativas da Câmara Municipal, no âmbito institucional da Prefeitura Municipal e também no seio de algumas instituições e organizações de classe, como a União Beneficente Operária de Nanuque.

Por meio de diversos discursos, requerimentos e ações no sentido de legitimação do movimento golpista, a Câmara Municipal de Nanuque, e em especial os vereadores das bancadas da UDN e do PSD, pautaram dentro do espaço institucional de maneira efusiva o apoio e a sustentação das narrativas anticomunistas. Para além de um mero apoio discursivo, o que se pôde perceber foram intensas articulações e ações que evidenciam certo protagonismo nos meandros da vida pública a fim de legitimar as diversas formas de repressão política, que, ao fim e ao cabo, vão se traduzir em violentas ameaças, perseguições, investigações e cassação “em regime de urgência” dos mandatos do vice-prefeito Antonio Santos, do vereador Nicodemus Araújo, e dos suplentes de vereador Josman Bastos Santos e Adonel Almeida Silva.

Faz-se aqui de suma importância também relembrar o caso do professor Caetano, que, divisando o estranho caminho político pautado pela criação da Liga Anticomunista de Nanuque e pedindo exoneração de seu cargo de Diretor da Educação, Saúde e Assistência Social do Município, agiu de modo a proteger-se ou por pressão política, uma vez que fora acusado de subversão e traição, como evidencia a análise dos documentos pautados. Também consideramos importante a rememoração do caso de Ubirajara Brito, enigmática figura no cenário político nanuquense da década de 1960, e seu tio, o prefeito Miguel Viana, acusado de tentar bolchevizar e acobertar no âmbito administrativo funcionários subversivos da Prefeitura Municipal, sendo perseguido politicamente e posteriormente investigado.

Representados enquanto comunistas perigosos e “verdadeiros lobos vestidos de mansos cordeiros” os acusados de subversão são também apontados enquanto “doutrinadores”, “aliciadores”, “agitadores”, “insolentes”, “provocadores”, “criminosos”, “proveitadores conscientes” “comprometidos com as forças da baderna e do ódio”, sendo

responsáveis pela “execução da guerra psicológica”, e que, estando “infiltrados no seio das classes produtoras e do operariado” a fim de “manipular a intriga e a mentira”, “visando a divisão das forças democráticas”, após a “vitória da Revolução”, apresentaram-se à opinião pública enquanto “vítimas”, “inocentes” e “perseguidos”.

Refletindo acerca dos aspectos sociais e culturais dos muitos discursos que visaram legitimar o golpe civil-militar de 1964, não poderíamos deixar de citar nesse momento as muitas falas sobre os valores morais cristãos tradicionais e o ensejo de uma narrativa vazia acerca da democracia observado no âmbito da Câmara Municipal. Compreendemos aqui como sua máxima tradução o requerimento, aprovado por unanimidade, solicitando que fosse realizada na cidade a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade e rezada uma Missa de Ação de Graças pela vitória da Revolução Brasileira, compromisso reafirmado em 1965, quando foi instituído o dia do golpe como uma data festiva na cidade e novamente requerida a celebração de uma missa em comemoração à “Revolução Vitoriosa”.

Pra não dizer que não falei das flores — sendo essa uma das mais fedidas—, nascida no seio das associações ruralistas contra a Reforma Agrária e tendo como principais apoiadores grandes latifundiários do Vale do Mucuri e do Vale do Rio Doce, bem como deputados conservadores, empresários, agentes ligados às forças militares e políticas conservadoras, a Liga Anticomunista de Nanuque ocupou lugar de destaque no que se refere à atuação e à disseminação de discursos e práticas antidemocráticas no seio da vida pública nanuquense, apesar de não ter sido possível fazer dela nosso foco principal de análise. Encarnada nessa terra já com sangue e balas em meio às suas diretrizes originárias, a Liga é aqui compreendida enquanto uma organização de classe, que visava defender de forma autoritária e violenta as demandas dos latifundiários e da *high society* nanuquense.

Do mesmo modo, por meio da fomentação midiática proporcionada pelo periódico Folha de Nanuque, compreendemos que o discurso anticomunista pôde permear também variados setores da sociedade, estando estes ligados à vida pública ou privada de seus leitores. Apontamos aqui que sua atividade compunha importantes aspectos ainda a serem investigados, devido a sua ampla complexidade. A sessão própria da Liga Anticomunista de Nanuque, as matérias e entrevistas em tom acusatório direcionam sua menção em nossa análise final enquanto um mecanismo largamente utilizado pelas forças políticas reacionárias e conservadoras a fim de legitimar suas narrativas. Entretanto, como aprendido com as autoras Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, entendemos aqui o periódico como um suporte narrativo em que os próprios embates políticos são dispostos e as disputas pelo

poder são colocadas em xeque. Folha de Nanuque – um jornal a serviço de quem?¹⁰³

Por fim, compreendemos que os embates travados em meio à política local no ano de 1964 tiveram como principal sustentáculo as disputas pelo poder pautadas no medo vermelho e no discurso golpista. Para além disso, outro aspecto que se apresenta de forma evidente é que as narrativas anticomunistas, muito caras aos setores mais privilegiados do país, uma vez que se colocam em direto contraste com os discursos democráticos que defendem o acesso a direitos básicos muitas vezes negados às classes sociais marginalizadas, reinventam-se a cada dia nesse delicado momento político em que vivemos, com o avanço das forças conservadoras e dos discursos saudosistas da Ditadura. Dito isso, acredito que é preciso também reinventar nossos meios de discussão acerca das diferentes manifestações desse tenebroso período, promovendo debates que ajudem a pensar cada vez mais os marginalizados da História, visto que “no presente a mente, o corpo é diferente, e o passado é uma roupa que não nos serve mais.”¹⁰⁴

¹⁰³ O slogan do periódico é “Um jornal a serviço da região”.

¹⁰⁴ BELCHIOR, Antonio Carlos. Velha roupa colorida. In: **Alucinação**. Gravadora PolyGram, 1976.

Fontes

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. **Livro de Atas 007**, 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Primeira Sessão Secreta da Câmara. 05 de maio. **Livro de Atas 007**. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Segunda Sessão Extraordinária. 02 de abril de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Terceira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 22 de março de 1965. **Livro de Atas 007**. s/n

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de maio de 1964. **Livro de atas 007**. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 21 de maio de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Sexta Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 06 de abril de 1964. **Livro de Atas 007**. Nanuque. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Sexta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 22 de maio de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Sétima Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 13 de abril de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE, Ata da Oitava Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 20 de abril de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Nona Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 27 de abril de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Nona Sessão da Câmara Municipal de Nanuque. 27 de abril de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 8 de junho de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Nanuque. 12 de outubro de 1964. **Livro de Atas 007**. s/n.

Fazendeiros de Nanuque se preparam contra a Reforma Agrária. **Folha de Nanuque**. 28 de fevereiro de 1964. Nanuque. Ano 3. n. 51. p.

Jornal Folha de Nanuque. 14 de fevereiro de 1964, Ano 3, edição número 50. [página não identificável]

MAMEDE BATISTA DE MIRANDA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mamede_Batista_de_Miranda&oldid=55023045>. Acesso em: 15 out. 2021.

NUNES NETO, José. **O incrível Ubirajara Brito**. Blog do Anderson. 14 out. 2021. Política Conquistense. Disponível em: <<https://www.blogdoanderson.com/2010/10/14/o-incrivel-ubirajara-brito/>> Acesso em: 02 out. 2021.

Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei** nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <L'1802>

Sessão “Liga Anti-Comunista de Nanuque”. **Folha de Nanuque**. 28 de fevereiro, 1964, p. 6.

Sessão “Liga Anti-Comunista de Nanuque”. **Folha de Nanuque**. 28 de fevereiro, 1964, p. 1.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Lucina Kuchenbecker. O bom sujeito da ditadura militar em Goiás: um estudo sob a perspectiva de Michel Pêcheux sobre o Manifesto de Mauro Borges (1961). **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 203–224, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647065>>. Acesso em: 7 out. 2021.

BELCHIOR, Antonio Carlos. Velha roupa colorida. In: **Alucinação**. Gravadora PolyGram, 1976.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2007.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 36, n. 72, p. 859-888, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-87752020000300010>>. Acesso em: 7 out. 2021.

CODATO, Adriano Nervo. OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.271-302 - 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 35, p. 253-270, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964, A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

FAGUNDES, Ailton Laurentino. Do golpe à ditadura: A Doutrina de Segurança Nacional e a construção do Regime Militar. **OPIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 60-78 - jan./jun. 2014.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Contemporânea**, v. 2, p. 208-217, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, V. 8, n. 15 esp., p. 10-45, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, n. 29, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo Siqueira; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, EDUSC, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014.

TORRES, Mateus. O primeiro Ato Institucional: Carlos Medeiros Silva e o STF no pós-Golpe de 1964. Passagens: **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, 489-505. 2016 p. 489. Disponível em: <<https://doi.org/10.15175/1984-2503-20168304>>.

Verbete Aliança Renovadora Nacional - (ARENA). In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, CPDOC/FGV.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

Anexos

ANEXO I

(F1) MODELO DE FICHA PARA ANÁLISE DE ATAS - IDENTIFICAÇÃO

Livro/Tomo	
Título da ata	
Data	
Número de páginas	
Temas tratados	
Votações	
Observações	

ANEXO II

(F2) - MODELO DE FICHA (TABELA) PARA ANÁLISE DE ATAS- RELAÇÃO DE DADOS

Nomes e personagens citados	Temas presentes	Instituições /Partidos/ Periódicos	Fatos históricos

ANEXO III

(F3) MODELO DE FICHA PARA ANÁLISE DE ATAS - INVESTIGAÇÕES INDIVIDUAIS

Nome	
Citado na ata da	
Data e pág. da citação	
Outras informações	

Prefeito Miguel Viana disse que vai processar o primeiro que apontar Ubirajara como comunista

Falando à nossa reportagem o Prefeito Miguel Viana deixou acentuado que vai processar o primeiro que apontar seu assessor Ubirajara Brito como comunista caso a acusação não tenha autenticidade. « Não creio argumentar que meu sobrinho seja realmente comunista. Eu o vi nascer, crescer e tenho acompanhado seus passos até agora. Portanto a minha atitude diante daquele que o tazer de semelhante coisa, é exigir-lhe provas. Caso contrário vou meter uma queixa crime contra o autor da acusação. » Quanto a Liga Anti-Comunista

de Nanaque o chefe do Executivo Municipal local disse que a apoiar, porém acrescenta: « Não creio na sua persistência, desde quando não vejo necessidade para isto. » É de opinião que « em Nanaque não há comunista. » E interrogado: « Porque só a U.D.N. tem comunista? »

Ademais do líder da Liga, Dr. Mamade Batista Miranda, o prefeito frisou: « Estranhei a maneira com que se portou durante a reunião de fazendeiros aqui ocorrida no dia 17 deste mês. Antes de tudo esta reunião foi ilegal e Dr. Machado fez questão só-

mente em fazer acusações à minha administração na presença de meu assessor Ubirajara. »

« Que tem a administração a ver com Reforma Agrária? » Continuou.— « Soube que ele pediu a várias pessoas que não pagassem os seus impostos. É pior porque os que não quiserem pagar só tenho uma coisa a fazer: cobrar judicialmente, embora não haja necessidade pois todos estão pagando direitinho. »

« Se houver invasões por aí serei o primeiro a apanhar a polícia e expulsar os invasores — concluiu. »

Vereador Wilson Marinho acusado de armar lavradores

Uma hora após estar com o prefeito Miguel Viana a reportagem deste jornal procurou o vereador Wilson Marinho, localizado à rua Juiz de Fora e manteve contato com ele, a respeito das fortes suspeitas que se vem levantando contra a sua atuação de incentivar grupos de lavradores a invadirem fazendas circunvizinhas a esta cidade.

Nervoso o vereador disse que exige prova de que ele seja realmente comunista e que levará à Justiça aquele que não o provar.

« O cidadão honesto e saliente — só pode acusar alguém quando possui provas irrefutáveis. Ao contrário é livandade implantada em terrenos sólidos de bases cimentadas. »

E se referindo ao Dr. Machado: « Apesar de ser um amigo próximo, de ter lutado ombro

a ombro ao seu lado aqui e fora do município, buscando votos para sua eleição, reprovou a sua atitude na reunião de propositos tão elevados que era a defesa comum contra as invasões arbitrárias. O meu amigo Machado não jamais deveria ter singrado pelo mar encapelado das questões particulares, porque antes de tudo a administração que aqui vigora é sã, com propósitos elevados de servir uma coletividade sem cor política, sem cor religiosa e sem cor social. »

Interrogado se ele, Wilson Marinho é comunista, o vereador respondeu: « Em primeiro lugar desconheço se de fato existe comunista em Nanaque. E à Liga cabe o trabalho de examinar através de um sistema metódico de investigação, se de fato existe agitadores comunistas aqui. Is-

to feito não mais duvido da legalidade da mesma Liga, uma vez que ela não emana de um poder oficial e sim de um grupo que se compra e se deleita em procurar exultar honra de homens dignos e honestos, que vivem do trabalho para o trabalho, cumprido religiosamente seus deveres para com a família e a sociedade. »

Censurado de estar encetivando os camponeses a se armarem o vereador enuncia: « É balela. Nunca insitei ninguém a armar-se, porque não vejo motivo para isto e como bom cristão detesto a violência, a truculência, momento daqueles que querem fazer média, através do sistema pacto de homens que apenas cuidam da sua vida. A arma que possuo é a minha cultura, a minha inteligência que unidas formam uma grande força. »

Sogra de Alan fala à Redação de Folha

Esteve em nossa Redação o Guarda Civil Laurindo Batista, da Chefatura de Polícia do Espírito Santo, residente em Vitória, e fez declarações em torno de Alan da Rocha Vieira, correitor do Contry Club de Guarapari, assassinado nesta cidade na madrugada da última noite de carnaval.

Sogra de Alan

O Sr. Laurindo na sua palestra mantida conosco disse que Alan era casado com sua filha Laurinete da Rocha Batista, com a qual teve 3 filhos, sendo o primeiro com 6 anos, o segundo com quatro e o último com dois incompletos. Os filhos de Alan moram com a mãe e vivem às expensas de uma pequena quantia de-

xada pelo pai em Bancos de Vitória.

Vale buscar objetos do genro.

E prosseguindo o sógro de Alan declarou que não veio a serviço de sindicância e sim buscar alguns objetos de seu genro extinto, os quais se encontravam em poder da Delegacia local.

HONRA AO MERITO

NANAQUE MG

O papel desempenhado pelo deputado Celso Passos nos acontecimentos ligados às chuvas que caíram sobre Nanaque e a região merece ser destacado com justiça.

Trata-se de um representante do povo que cumpre bem seu dever.

Eis telegrama a nós enviado pelo ilustre deputado federal:

Dr. Rafael de Castro -

Prazer comunicar amigo transmiti telegr. pte. Banco Brasil teor seguinte abtápax apelo prezado amigo ilustre pte sentido caracter urgente autorizar agencias bancarias Nanaque e Carlos Chagas efetuarem financiamento agrícola via pecuário industrial dilatando prazo compromissos vencidos e vencer todos clientes daquelas agencias desse estabelecimento credito e devido atual

situacao calamitosa inclementes chuvas todo Vale Mucury sacrificando toda produção daquele rico Vale Nordeste Mineiro pt Fechaspas obsequio comunicar classes produtoras e comercio local pt Aproveito ensejo avisar apresentei projeto lei abrindo credito especial quinhentos milhoes cruzeiros sentido ajudar toda região Vale Mucuri atingidas pelas ultimas chuvas pt Cordial abraço dep. Celso Passos.

Criada a Liga Anti-Comunista de T. Otoni

Foi criada dia 24 Liga Anti-Comunista de T. Otoni.

A reunião ocorreu às 20 horas na Sétima da Associação Comercial daquela cidade, sob entusiásticos aplausos e geral acolhida por todos que a presenciaram.

Estiveram presentes ao ato de grande galaio Dr. João Milanez, o presidente da Associação Rural de T. Otoni Francisco José Correa, o vice-presidente João Gazzinelli representante da Câmara Municipal, o presidente da Associação Comercial, dois representantes da União Operária, o vigário da Paróquia.

Também se fez presente à Reunião o representante da Liga Anti-Comunista de Nanaque Dr. Mamade Batista Miranda e ainda os representantes do jornal « O Liberal » Sr. Augusto Pereira e o diretor da Rádio de T. Otoni que hipnotizaram solidariedade do movimento, vários advogados e médicos, engenheiros, centenas de fazendeiros, comerciantes e integrantes das classes produtoras em geral.

Ficou deliberado na reunião que a Liga Anti-Comunista de T. Otoni promoverá dentro de breves dias uma grande concentração sobre o movimento em foco, para o qual convocará todos os municípios do Extremo Sul bahiano, norte do Espírito Santo, Vales de Mucuri, Rio Doce e Jequiethonha.

A esta concentração comparecerão vários deputados federais, como Oscar Corrêa. Padre Vidigal, deputado Cunha Bueno e João Calmon.

No desenrolar da Concentração serão tomadas várias providências de realce para as causas democráticas. E ao termino o resultado será levado ao conhecimento do Presidente da República, as Forças Armadas, às entidades eclesásticas e todos os governadores dos Estados do Brasil.

E finalizando, temos a informar que foi eleito presidente da Liga Anti-Comunista de T. Otoni, o Dr. Luiz Soares Leal pessoa altamente estimada na cidade e em todos os meios onde é conhecida.

Montanha também já instalou sua Liga Anti-Comunista

A vizinha cidade de Montanha, no Espírito Santo, movimentou-se domingo passado, para formar a sua Liga Anti-Comunista.

As 4,30 da tarde com as ruas aplahadas de gente e centenas de fazendeiros que esperavam ansiosos iniciou-se a reunião num grupo escolar daquela cidade capitaba.

Como o calor estava intenso houve quem aconselhasse o presidente da Associação que transferisse a reunião para o pátio do grupo, afirm de que todos pudessem assisti-la.

A idéia foi aceita e a cadeiras do Grupo foram retiradas para fora e entileadas, as quais foram ocupadas por ruralistas e membros de Associações Rurais de outras cidades que queriam presenciar ao movimento.

Com a presença de quase todos os membros componentes da Liga Anti-Comunista de Nanaque, o Sr. Miguel Lopes ocupou o microfone e passou a fazer uma síntese das coisas que levaram os democratas a criarem esta Liga em todo o país.

Em seguida o Presidente da Associação Rural de Montanha teve acesso à mesa e convidou a tomar parte na reunião seus colegas, passando de novo os trabalhos ao Sr. Miguel Lopes.

Vários oradores falaram e às 5,45 uma forte chuva caiu sobre a cidade acompanhada de um

furação que dissolveu as pessoas que assistiam à formação da Liga e varreu as ruas furiosamente.

Prefeito não compareceu

Em palestra com a reportagem da FOLHA DE NANAQUE o Sr. João de Almeida Rusk, líder do Movimento pro-criação da Liga Anti-Comunista de Montanha e vereador pelo partido PTN, declarou que não sabe porque o Sr. Jaime Santos de Oliveira, prefeito de Mucurini não quis comparecer a reunião, como também o presidente da Câmara Sr. Antistenes Ferreira, apesar de lhes ter feito anivel convite.

Confia na Liga.

Proseguindo o Sr. João Rosa disse que tem confiança e certeza de que todos os montanhenses se comungam num só ideal, quanto a Liga recentemente fundada. E pos fim à entrevista, agradecendo o Sr. Miguel Lopes pela sua brilhante atuação a favor dos trabalhos de todo o movimento e os componentes da Liga de Nanaque que muito lhes serviram de estímulo.

E assim se fundou a Liga Anti-Comunista de Montanha, tendo como presidente o Sr. Plínio Dantas que imediatamente marcou reunião para breve, de acordo as chuvas, ocasião em que forma-se à a Diretoria da Liga sob sua orientação.

FOLHA DE NANUQUE
FUNDADOR - Raphael de Castro
DIRETOR
Amadeu Batista Bispo
REATOR-CHEFE
S. Lobo

REDAÇÃO: RUA ARASSUAÍ 5/N
OFICINA: RUA CAXAMBU, 21
Número Anual Cr\$ 30,00
GERENTE
J. Moses de Oliveira

FOLHA DE NANUQUE

Um jornal a serviço da Região

ANO 3 - N. 51 - NANUQUE 28 DE FEVEREIRO DE 1964

Fazendeiros de Nanuque se preparam contra Reforma Agrária

Numa Concentração que durou 4 horas e considerada uma das maiores já realizadas em Nanuque, a Associação Rural desta cidade, tendo como presidente o Sr. Gilberto Russ, convocou todos os fazendeiros da Região a se filiarem num movimento contra as invasões de terra e desapropriações injustas que porventura aqui venham verificarse.

A Concentração
Esta grande Concentração promovida pela Associação Rural de Nanuque teve início às 6 horas da dia 17 deste mês, no Mucuri Tennis Clube e só terminou às 10 horas da noite. A cidade em péso se locomoveu a presença e movimento, transformando de certa maneira o M.T.C. num verdadeiro entre-fim.

Centenas de carros
A medida que se prosseguia a reunião carros e mais carros continuavam a chegar, lotando por completo o trecho da Av. Mucuri até a rua Arassuaí.

Oradores
O presidente da Associação Rural de Nanuque abriu a Sessão pronunciando "em nome dos trabalhos da "missão" do Dr. Línguo Leite que também a presidiu. E com o M.T.C. estourando de fazendeiros, industriais, comerciantes, engenheiros, advogados, médicos e operários, os

primeiros oradores se fizeram ouvir, sendo ruidosamente aplaudidos e aclamados pela multidão presente.

Reforma Agrária repudiada
Com a presença de vários integrantes da Associação Rural de Governador Valadares, representada pelo Dr. Rubem Barroso fortes acusações foram feitas a Reforma Agrária, por estar, antes mesmo de vigorar, causando distúrbios no país inteiro. O Dr. Rubem Barroso descreveu com clareza as agitações que grupos comunistas estão causando no Vale do Rio Doce e até mesmo dentro de Governador Valadares. Esclareceu que a visita do Sr. João Pinheiro Neto aquela cidade, mais agitou a população, havendo ameaça até mesmo de se linchar o presidente da SUPRA.

Exibiu um mapa
O coronel Peirro Ferreira exibiu aos presentes um mapa do Brasil, mostrando diversos Estados do país que ficariam completamente em poder do Governo Federal com a Reforma Agrária em vigor, por estarem retalhados de estradas federais. «E para que o Presidente queira fazer isto? Exatamente para ter em suas mãos todos os meios de comunicações com os comunistas», finalizou. E aconselhou

os fazendeiros que se armassem contra o comunismo, enquanto o tempo, epais com essa gente só bala».

Comunistas de Nanuque
Momento de expectativa e vibração foi quando o Dr. Mamede Batista Miranda começou a falar. Ante a massa que o aplaudia incessantemente o deputado disse que «nós precisamos combater o comunismo, e, em primeiro lugar, escoreçando os de Nanuque, para que sirva de exemplo aos outros».

A Liga
Dr. Mamede sugeriu que se criasse uma Liga Anti-Comunista em Nanuque, o que foi aceito por todos que integravam a reunião. E nessa concentração a Liga, foi criada.

As às 10 horas deu-se por encerrado os trabalhos, após falar vários oradores como o deputado Deoliriano Rodrigues, Dr. Delvard Murta, prefeito de Carlos Chagas e muitos outros.

Derramado Sangue se possível
Nesta grande Concentração do Vale do Mucuri, uma coisa ficou explicitamente dita. A Liga Anti-Comunista de Nanuque lutará até o fim, contra as arbitrariedades da Reforma Agrária e seus componentes derramarão sangue, se possível, em defesa de seus direitos.



Até o presente momento não se recebeu nesta cidade nada, absolutamente nada do auxílio que o Governo Federal designou aos flagelados pela tromba d'água. Apenas funcionários do D.R. estiveram na cidade e deixaram uma bagatela de 500 mil cruzeiros, importância que foi aplicada na compra de alguns gêneros alimentícios que não deram para atender uma fração dos necessitados. Isto criou um sério problema para o Prefeito Miguel Vieira que prometeu ao povo distribuir religiosamente o que o Presidente Gruliani enviase para os flagelados, na esperança de que viria, mesmo alguma coisa. Entretanto não veio nada e pobres que invadiram seu gabinete querendo «o auxílio que o governo mandou». E o prefeito terminou desolado e alguns trancados».

ESTADO DE CABRALIA

Apesar de se estar preparando arenas na região, através esta "FOLHA", sobre a criação do Novo Estado e sob o trabalho pessoal do fundador desta publicação a notícia sobre CABRALIA corre já todo o país através uma grande imprensa.

Enquanto isto, continua-se aqui o trabalho, verdadeiro papel dos remédios, semeando a ideia e criando a consciência do problema e o entusiasmo pela campanha.

Podemos afirmar que o movimento conta com o apoio da maioria das autoridades e no plebiscito não estaremos longe da unanimidade com o SIM.

A bem da verdade não há argumentos válidos contrários a criação do Estado de Cabralia.

Por isto mesmo, a oposição a iniciativa é praticamente inexistente.

Somente em caráter sentimental ou romântico alguém poderia se opor ao desmembramento.

Mas, a realidade é forte demais, a condição de terra de ninguém desta vasta área comum aos dois Estados demasiadamente extensas e sem condições de manter condigna assistência em suas respectivas administrações, explicam e justificam plenamente o nascimento de nova unidade da Federação Brasileira.

Ademais, a lei é clara. Pois o artigo 2º da Constituição Federal trata claramente da questão. Pretendemos apenas que a

Constituição seja cumprida. Dessejamos tão somente que o povo seja consultado através democrático plebiscito.

Melhor estaria fazendo o presidente da República se tratasse de cancelar plebiscito para Jorbrão e número de Estados no País.

Mais Estados quer dizer mais Capitais isto é, maiores focos irradiadores de civilização e progresso. Novos centros de consumo e propagadores de cultura.

Com seus 81.876 km. quadrados o Estado de Cabralia seria maior que sete outros.

Suas peculiaridades ligadas ao clima, sistema hidrográfico, situação litorânea, fertilidade dos seus solos, boa topografia em apreciável parte dele, riqueza de potencial energético, notável riqueza pastoril, fincas possivelmente agrícolas, etc., etc., constituem condições atípicas de futuro auspício como raras áreas deste País podem oferecer.

Entusiasmar-se com a formação do ESTADO DE CABRALIA é provar não apenas altivez, inteligência, conhecimento geral das regiões brasileiras, segurança das possibilidades regionais e adotar a mais sã política preconizada para a Nação: descentralização máxima e crescente de toda atividade brasileira quer no campo da ação pública quer com a iniciativa privada.

Liga Anti-Comunista de Nanuque: 4ª. pagina

Brizola apedrejado em Belo Horizonte

A presença de Brizola na Capital Mineira dia 25 deste mês, provocou a maior celeuma que já se registrou em Belo Horizonte até hoje.

O Deputado federal, ex-governador do Rio Grande de Sul que chegou acompanhado de outras delega e uma dispendiosa guarda pessoal composta de três membros oficiais das Forças Armadas, e ainda sua esposa D. Neusa Guslar Brizola, só não foram limitados, pistoleiros e linchados porque a polícia belorizontina não deixou.

D. Neusa foi terrivelmente machucada e algo a feriu durante o conflito que se originou diante da Secretaria de Saúde, onde seu marido estava prestes a realizar uma «Concentração» reformista.

Dezenas de senhoras não permitiram que Brizola e seus assessores tomassem lugar à mesa da Secretaria, para dar início à reunião. Ocuparam os assentos e postaram a reaar de terço na mão como se o deputado gaúcho e sua comitiva fossem demônios. Travou-se então uma batalha entre as mulheres corajosas que agarraram auxiliares de Brizola que desejavam a realização da concentração reformista. Para avançar e recinto foi

necessário que a polícia soltasse bombas de lacrimogênio. Mas isto não evitou os distúrbios e cadeiras da Secretaria voaram pelos ares, ferindo centenas de pessoas que se aglomeravam e se acotovelavam, numa desarmônia que parecia não ter fim.

Alguns minutos depois Brizola tentou falar mas não o conseguio.

Os três oficiais que o acompanhavam demonstraram suspeitos e a polícia após investigá-los, tomou-lhes as maletas, encontrando dentro destas arma de revólveres várias outras armas como metralhadoras etc.

Apedrejado

O mais grave do conflito foi quando Brizola deixou a Secretaria de Saúde. Uma multidão o acompanhava excomungando-o e atirando-lhe pedras, melancias podres, laranjas deterioradas, fazendo do Deputado uma verdadeira laranja podre.

Abordou um carro de revólver na mão.

Nas imediações da Praça Raul Soares, Brizola para não ser linchado juntamente com alguns deputados comunistas que o acompanhavam, fez um pobre chofor parar o seu carro, intimidando-o de revolver na mão.

O motorista apavorado abriu a porta de seu veículo, depois de protestar e Brizola empurrou

seus companheiros para dentro e pediu ao chofor que rumasse para um certo lugar ignorado.

O Sr. Pery Miranda, o motorista, no departamento de trânsito disse que não ia o Brizol e seus colegas se embarcaram no seu veículo, uma chuva de pedras foi atirada pela multidão enfurecida contra esse demônio.

«Na altura da Praça Vaz de Melo, corre Pery, uma das pessoas que se encontravam no interior de meu carro começou a se referir ao Brizola com palavras de oportunidade em que verificaram, então, que se tratava de um desconhecido, em estado de embriaguez, e que fora empurrado para dentro do carro pela multidão.

Um dos elementos do grupo de Brizola mandou parar o carro, e, abrindo a porta, atirou o homem sobre a calçada. Após ter levado Brizola e sua gente a vários lugares Pery foi intimado a deixá-los de novo no centro da cidade.

Brizola volta ao Rio

E assim, não podendo participar da concentração programada pela Frente de Mobilização Popular, Brizola deixou Belo Horizonte, seu destino ao Rio, levando uma amarga recordação de uma noite agitada que sua presença causara na Capital das Alterosas.

ANEXO VI

Ata da 1ª Sessão Secreta da Câmara Municipal de Nanuque.

Aos 5 dias do mês de maio, do ano de 1964, em edificio proprio da Prefeitura Municipal, em sala reservada à Câmara Municipal, foi realizada, sua primeira sessão, para atender convocação do Presidente / da casa; Dion de Figueredo Ruas, para tratar da situação do Vice Prefeito, Antonio Pereira dos Santos, do Presidente, Nicodemos Araújo, e suplente de vereador pelo MTR Josmã Bastos, implicados ou comprometidos com a situação brasileira, no que se diz respeito à Revolução recém / finda . Às 20 horas com a presença da bancada da UDN e o vereador João Barbosa de Oliveira, foi iniciada a sessão, com a chamada regimental, estando presentes os seguintes vereadores: Dion de Figueredo Ruas, Wilson Marinho da Rocha, Milton Sebastião Pacheco, Péricles Gonçalves Filho, Nelson Barbosa Coelho, Abdias M. Pereira, João Barbosa de Oliveira, Elpidio Celestino Santos, Logo mais ou seja precisamente às 8,05 horas da entrada na sala das sessões a bancada do PSD, representada pelos seguintes vereadores, Amilcar Peres Veiga, Geraldo da Conceição Romano, Laedy Yvete Wiket, Manoel Messias Reis, Paulo de Oliveira e Severino dos Santos. Às 8,10 horas o presidente em exercício, Dion de F. Ruas, usando da forma regimental, depois de especificar o motivo da / presente sessão, proferiu as seguintes palavras por três vezes; está com a palavra os senhores vereadores; está com a palavra os senhores vereadores; está com a palavra os senhores vereadores; nenhum vereador querendo usar da palavra, o Sr Presidente visivelmente irritado declara encerrada a sessão; sem que o assunto em pauta fosse tratado ou discutido; em flagrante desrespeito a mesa diretora, que religiosamente assistia a falta de interesse dos senhores vereadores.

Por ser a verdade, a presente ata, a mesma leva a assinatura da mesa diretora.

Wilson Marinho da Rocha	-	Secretario
Dion de Figueredo Ruas	-	Presidente
Laedy Yvete Wiket	-	Vice Presidente